



ISLA GOMES NEVES

**OS REFLEXOS DA CRISE E SEUS IMPACTOS NA
CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS DE GOVERNO (2006-2018)**

Salvador

2020

ISLA GOMES NEVES

**OS REFLEXOS DA CRISE E SEUS IMPACTOS NA
CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS DE GOVERNO (2006-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de título
de bacharel em Direito.

Orientação: Profa. Dra. Vanessa Cavalcanti

Salvador

2020

RESUMO

Os últimos trinta e dois anos foram de consolidação das agendas democráticas, através de políticas públicas, organização de instituições e revisão dos marcos legais a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse cenário, muitos avanços e retrocessos foram experienciados a partir dessa forma de governo. Tendo por objetivo analisar como a estrutura político-social têm desencadeado ausência de perspectiva na efetivação da justiça social que, por sua vez, reverberam negativamente nas políticas públicas em âmbito nacional, atuando na manutenção das estruturas de múltiplas desigualdades sociais através de diversos mecanismos, sejam jurídicos ou não realizados por aqueles que possuem relação com as atividades de gestão do dinheiro público, da Lei e dos meios de produção em cotejo com o imaginário social sobre a condição de quem depende de tais políticas e os reais fatores que dilapidam o patrimônio público. Sendo necessário entender o percurso e o atual cenário político brasileiro seus avanços e retrocessos e como as crises do Estado tem influenciado nos contornos sociais, principalmente, quanto a desigualdade social pautada no racismo (raça/cor/ e LGBTfobia) e no patriarcado/machismo, acentuados pelo atroz sistema capitalista que interferem diretamente nas estruturas sociais, econômicas e na organização político-oligárquica. Assim, serviram de base às análises dos planos de governo, documento responsável por definir as linhas de atuação a serem realizadas por candidatos/as- eleitos/a, que foram defendidos nos últimos doze anos levando em consideração aspectos como as políticas públicas priorizadas e os seus desdobramentos durante o processo de gestão pública. Por isso, os planos de governo desenvolvidos pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2006); Dilma Vana Rousseff (2010/2014); incluindo, não planos, mas reformulações realizadas pelo presidente substituto Michel Temer no cumprimento do mandato tampão, pós-golpe (2016-2018), chegando ao plano que elegeu o então presidente Jair Bolsonaro (2018). Os aspectos centrais da análise está em entender a relação: raça, gênero, democracia, política e economia, como as políticas públicas são pensadas ou não dentro desta lógica, além de entender os verdadeiros óbices para a perseguição dos direitos sociais, para além de fatores que reforçam a discriminação.

Palavras-chave: Estado; Crise; Políticas públicas; Plano de governo; Desigualdade.

ABSTRACT

The last thirty-two years have been the consolidation of democratic agendas, through public policies, organization of institutions and review of legal frameworks since the promulgation of the 1988 Federal Constitution. In this scenario, many advances and setbacks have been experienced from this form of government. Aiming to analyze how the political-social structure has triggered the absence of perspective in the realization of social justice, which, in turn, reverberate negatively in public policies at national level, acting in the maintenance of the structures of multiple social inequalities through different mechanisms, be they legal or not carried out by those who have a relationship with the management of public money, the law and the means of production in comparison with the social imaginary about the condition of those who depend on such policies and the real factors that squander public assets. It is necessary to understand the course and the current Brazilian political scenario, its advances and setbacks and how the State's crises have influenced social contours, especially regarding social inequality based on racism (race / color / and LGBTphobia) and patriarchy / machismo, accentuated by the atrocious capitalist system that directly interfere in the social, economic structures and in the political-oligarchic organization. Thus, they served as a basis for the analysis of government plans, a document responsible for defining the lines of action to be carried out by candidates / elected representatives, who were defended in the last twelve years taking into account aspects such as prioritized public policies and its developments during the public management process. For this reason, the government plans developed by the presidents Luiz Inácio Lula da Silva (2006); Dilma Vana Rousseff (2010/2014); including, not plans, but reformulations made by substitute president Michel Temer in the fulfillment of the post-coup buffer term (2016-2018), arriving at the plan that elected then president Jair Bolsonaro (2018). The central aspects of the analysis are to understand the relationship: race, gender, democracy, politics and economics, how public policies are thought or not within this logic, in addition to understanding the real obstacles to the pursuit of social rights, in addition to factors that reinforce discrimination.

Keywords: State, Crisis; Public policy; Government plan; Inequality.

ISLA GOMES NEVES

**OS REFLEXOS DA CRISE E SEUS IMPACTOS NA
CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS DE GOVERNO (2006-2018)**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito curso na Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 11 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (PPGFSC e PPPSC/UCSAL – orientadora)

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva (PPGPSC/UCSAL)

Prof. Dr. Antonio Pedro Ferreira da Silva (PPGPSC/UCSAL e AGU)

DEDICATÓRIA

Aos que vieram antes de mim, por luta e resistência. Às minhas avós e ao meu avô Araci, Raimunda e Anisio. Aos meus pais Antonio Carlos e Itaci, por toda dedicação, carinho e paciência durante essa longa jornada. Ao meu irmão Andrei pelo apoio e carinho de sempre.

Aos meus amigos do SESI que me apoiam mesmo de longe: Yasmim, Ícaro Marlyo, Ícaro Lopes, Sidney, Rafael, Ívia, Leandro, Isaque, Monique, Luan.

Não poderia deixar de registrar o meu muito obrigada a algumas das pessoas que estiverem comigo durante essa longa jornada de cinco anos de graduação pela motivação, incentivo, carinho e ensinamentos em especial: à Natali, Adiel, Bianca, Carla, Rafaela, Rílari, Jamile, Iana, Caio, Aline Moerback.

Também agradeço ao escritório Modelo, onde tive um grande aprendizado de atuação próxima e humana em especial as advogadas orientadoras: Tainá, Andreia, Isabel e Carol.

Sem contar com a experiência em pesquisa e extensão que foram proporcionados pelo NEDH/UCSAL, onde conheci grandes pessoas e profissionais que me apresentam novos rumos e desafios, em especial dedico à Prof. Vanessa por todos os ensinamentos, pelo estímulo e por me desafiar a fazer e buscar coisas diversas, além das pessoas que compõem o NEDH e sempre me apoiaram, principalmente, durante o período de viagem, o meu eterno muito obrigada a todas/os.

(...) “111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e **todos sabem como se tratam os pretos**” (...)
(Haiti, Gilberto Gil; Caetano Veloso, 1993)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FORMAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO	15
2.1 Direitos humanos: origem, dimensões e sua inserção no mundo capitalista	17
3 DESENVOLVIMENTO	21
3.1 Imaginário coletivo e os reais contornos sociais do Brasil	21
3.2 Políticas públicas: aspectos políticos, jurídicos e os interesses macroeconômicos da análise	25
3.3 A política dos eleitos: entre programar e implantar e seus resultados práticos	30
3.3.1 Era Lula: Lula de novo com a força do povo e a licença de “poucos”	31
3.3.2 Era Dilma: “transição”, e no fim, mais do mesmo	35
3.3.3 Bolsonarismo: da intensificação das políticas neoliberais a perpetuação das políticas do “vai plantar batatas”	44
4 NOTA SOBRE A RECENTE CRISE EM SAÚDE PÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS- POLÍTICAS PÚBLICAS EMERGENCIAIS.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O Estado democrático brasileiro surge como fruto de um longo processo iniciado em 1985, que culminou com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Este novo movimento, feito às avessas segundo Murilo de Carvalho (2009), descortinou uma série de problemáticas que há muito afundam o país. Problemáticas estas que passaram a ser levantadas cientificamente sobre as estruturas da desigualdade social, analfabetismo, fome, desemprego e violência. Por outro lado, outros setores da vida social eram fortalecidos, a exemplo, dos partidos políticos, dos próprios políticos e do Congresso Nacional. Este grupo, por sua vez, pouco fazia para solucionar os problemas postos, além de tornar crescente a dependência econômica do país, envolto em dívidas externas que passaram a gerar descontentamento quanto aos rumos que o novo processo de democracia pretendia moldar.

Nas últimas décadas, pouco deste cenário mudou, os problemas apenas variam em grau e intensidade, permanecendo os mesmos em gênero. Esta gangorra de avanços e retrocessos fundamentados em um atroz sistema capitalista, interferem diretamente nas estruturas sociais bem como no modelo não equitativo de distribuição de renda responsável por alargar as já acentuadas desigualdades sociais (CARVALHO, 2009; SEN, [2011] 2016).

Tais contornos, fazem com que o referido trabalho tenha como lastro epistemológico, pensadores que se propõem a trazer soluções factíveis para o modelo de estado, dirimindo injustiças que podem ser remediadas pautadas em uma visão crítica e no feminismo, principalmente, voltado a interseccionalidade tendo Angela Davis ([1987]2011), Lélia Gonzalez (2018), Patrícia Hill Collins (2017) e Kimberlé Crenshaw (2002) como os principais aportes que, com suas ideias já espreiadas aventam uma nova estrutura de Estado, não aquela fundada no mundo das ideias, em um projeção daquilo que imaginamos enquanto modelo ideal de sociedade, mas sim, daquilo que realmente pode ser feito. A partir do conhecimento sobre a marginalidade social e econômica e da posição da pessoa negra nessa dinâmica.

Tanto Bobbio [1986]2011) quanto Sen ([2011]2016), incentivam a reformulação do pensar sobre Estado e suas instituições que costumam ter por objeto a construção de um Estado fundado em instituições ideais e distantes da própria realidade das pessoas que nela habitam. Não raro, as questões que envolvem o Estado retornam ao debate público quanto a sua organização política e social, pois, ao passo que a sociedade avança, as estruturas antes tidas como essenciais devem ser repensadas e outras análises emergem a partir de escritos e concepções já trabalhadas por renomados pensadores, tais como, Karl Marx, Friedrich Engels, Max Weber – referências para o século XIX - dentre tantos outros, que em sua grande maioria,

trata-se de homens, brancos e europeus. Em que pese muitos deles sejam citados, estas teorias são apropriadas para a construção de um pensamento amplo de Estado, que incluam mulheres, negros, indígenas e tantos outros que compõem a minoria no que refere a representação política e econômica. Sendo que, tais grupos encontram-se, em muitos casos, ligados aos enfraquecidos movimentos sociais que tentam criar teorias robustas sobre reconhecimento, em Fraser (2006), ou buscam reestruturar o Estado que, para Adriana María Valobra (2015), compreende em repensar as suas bases a partir de um viés capitalista, mas, associado ao patriarcado e seus desdobramentos com políticas de enfraquecimento da autonomia(s) das mulheres.

Em Angela Davis ([1990]2019), tais bases encontram-se em uma concepção relacional unilateral e conturbada entre a mulher e o homem negro e a sua inserção na sociedade, seja ela qual for que, constantemente os colocam na condição de marginalidade territorial, principalmente, por não conferir condição de agentes, de pessoas capazes de autodeterminar-se. Nestes casos, é importante entender que a opulência econômica e a liberdade substantiva¹, embora não sejam desconectados, frequentemente podem divergir” (SEN, 2000; [2011]2016, p. 260).

A necessidade deste debate como percebido por (Bobbio, [1986]2011), ainda no século XX, em sua obra Estado, Governo e Sociedade para uma teoria geral da Política, que alertava para a necessidade de reestruturar os parâmetros da investigação no campo jurídico, ao difundir a pesquisa na condição de retrato do tempo presente, daquilo que se vive e sobre o qual é possível lançar um olhar com maior precisão, dada a proximidade com o objeto ou sujeito. Neste contexto, a pesquisa tende a ser mais próxima da realidade, das funções e dos elementos sociais, o que torna possível associá-las ao campo teórico com o fito de conferir confiabilidade aos resultados e maior compreensão de como encontra-se alicerçado o Estado.

Levando em consideração esta abordagem que viabilizam o estabelecimento de uma análise do campo político atual, tem-se lastreado a preocupação no tratamento de questões sociais sensíveis, tais como, a justiça social, a política e a ética. Estas temáticas segundo Sen ([2011]2016), devem ser reformuladas com atenção para a elaboração de uma argumentação racional que seja capaz de criar uma teoria sobre justiça factível.

Em que pese a defesa de uma racionalidade com o objetivo de proteção contra injustiças fundadas na teoria trazida por Sen ([2011]2016). O almejado aqui, não é destruir a utopia sobre

¹ A obra por escrita por SEN (2000), “ desenvolvimento como liberdade” traz o conceito de liberdade substantiva que pode ser exemplificado pela liberdade de participação política, oportunidade de educação básica e assistência médica e não encontra-se relacionado com fatores objetivos denominados como desenvolvimento restrito (crescimento econômico, crescimento do Produto Interno Bruto- PIB).

projetos de um Estado que sejam positivos à sociedade, pois, muitos projetos de sociedades na atualidade são frutos do que eram verdadeiras utopias no passado. Algumas dessas conseguiram ser realizadas, outras permanecem sem muitos avanços, a exemplo das concepções trazidas por Thomas More, ainda no século XV, sobre as suas percepções das mazelas sociais do seu tempo, descritas em sua obra *Utopia* ao denunciar um estado desigual e absolutista, propondo sobre questões como divisão de renda mínima igualitária.

Atualmente, tal projeto continua sendo uma utopia, mas que ganha efetividade através de projetos como a renda básica de cidadania² que, embora não tenha sido aplicada de forma fidedigna, inspira uma série de políticas de distribuição social de renda. Tal conceito envolve debate sobre Welfare State (Estado do Bem Estar Social), em uma perspectiva de realização da justiça distributiva com a difusão de honras e obrigações, em uma sociedade de desiguais, que se voltam a análise da necessidade, do trabalho e do mérito vistas por Bobbio ([1987] 2011, p. 20) como parâmetros de correlação não estática.

O estudo sobre o Estado e as suas relações, ao longo da história da humanidade servem tanto como proteção, antecipando a percepção e a tomada de iniciativas necessárias ao afastamento de atos que atentem aos direitos humanos/fundamentais³, em uma perspectiva territorial nacional e/ou transnacional respectivamente ou podem indicar avanços sociais históricos que devem ser defendidos e ampliados.

O fato é que, embora muitas concepções (organização, estrutura, composição, regime) tenham se desenvolvido e consolidado em torno das mais diversas matérias que envolvem o Estado, alguns entendimentos vêm sendo compreendidos como aporia, a exemplo dos seus principais marcos: a sua origem e uma previsão acertada sobre as possibilidades do seu fim. Por isso, é preciso distinguir o que seria a problemática do fim do Estado que, para Engels ([1884]1984) ocorreria quando fossem extintos os seus fatores causais, daquilo que configura o problema da crise no Estado, sendo esta última “crise de um determinado tipo de Estado”

² Trata-se de um projeto dentre os muitos possíveis em distribuição igualitária de renda, com o objetivo de conferir, principalmente, aqueles/as que se encontram na extrema pobreza mecanismos materiais para frear os efeitos da exclusão socioeconômica provocada pelo capitalismo, ao conferir meios de subsistência autônoma. Tem como principal precursor nas últimas décadas o Eduardo Suplicy, que liderou o projeto e a aprovação da Lei 10.835/2004, que institui a renda básica de cidadania no Brasil, materializada na primeira fase através do Programa Bolsa Família prevista na Lei 10.836/2004.

³ Embora os direitos humanos e os direitos fundamentais versem sobre a mesma temática, em termos de práxis e efetividade, ganham contornos distintos estando os direitos humanos na esfera dos direitos internacionais previstos por Tratados e Convenções, enquanto os Direitos Fundamentais estão previstos na Constituição Federal de 1988. Para Tosi (2009), a grande problemática de efetivação dos direitos humanos sociais encontra-se na ofensiva liberal na qual nasceram, existindo amparo judicial, apenas para a concretização dos direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos sociais.

Bobbio ([1987]2011, p. 126), ou seja mudança do *status quo*. Sendo nesta pesquisa, um enfoque na crise de Estado será visto a partir dos retrocessos identificados na história recente do Brasil, que são capazes de gerar instabilidades que descambam nas desigualdades, principalmente, quando são usados na tentativa de equilibrar o mercado econômico.

Para outros autores, tais crises são consideradas endêmicas e próprias do modo de produção capitalista, que atinge tanto a economia quanto o setor político. (Jorge Benedicto; Maria Luz Morán, 1995). Nesta mesma linha de intelecção versam Cinzia Arruzza, Titi Bhattacharya e Nancy Fraser (2018), ao definir a crise política como crise de identidade da democracia que se traduz na redução da credibilidade da elite que, por sua vez, culmina no enfraquecimento dos partidos políticos e no feminismo liberal que possuem maior enfoque na eleição como grande solucionador de problemas sociais.

Dentre os fatores atribuídos para a chamada “crise na democracia” pode ser citado a expansão do capitalismo que tem criado diversos nichos de mercado em que, atualmente, o valor, (em termos éticos), e o preço (mensuração econômica) vêm confundindo-se e atingindo esferas que deveriam atuar como limitadores da sua perversa expansão, a exemplo, da Democracia como sistema de governo materializado no Sistema de Justiça, responsável por regular a vida em sociedade em diversos aspectos (preventiva/coercitivamente) mas que, com certa constância, tem sido objeto de investigações com suspeitas de corrupção e outros crimes em esfera estatal, inclusive, em outros espaços de poder (Executivo, Legislativo), em muitos casos cometidos pelos/as cidadãos/ãs para proveito próprio.

Como inicialmente demonstrado, o objetivo desta pesquisa está em analisar como a estrutura político-social têm desencadeado ausência de perspectiva na efetivação da justiça social que, por sua vez, reverberam negativamente nas políticas públicas em âmbito nacional, atuando na manutenção das estruturas de múltiplas desigualdades sociais através de diversos mecanismos, sejam jurídicos ou não, realizados por aqueles que possuem relação com as atividades de gestão do dinheiro público em cotejo com o imaginário social em torno dos fatores que acentuam a ausência de dinheiro público.

Quanto aos objetivos específicos este projeto busca entender como as políticas públicas responsáveis pela efetivação da Justiça Social encontra-se disposta no Brasil, levando em consideração os seguintes termos: a) Entender como os aspectos políticos estruturais contribuem para o enfraquecimento/apagamento das políticas públicas no Brasil (in)viabilizando a persecução dos Direitos Humanos fundamentais bem como a justiça social; b) Compreender quais dimensões dos Direitos Humanos encontram-se as principais políticas públicas e de que forma estão articuladas no planos de governo; c) Analisar os impactos das

políticas públicas adotadas, no Brasil, seus avanços e retrocessos, bem como a atuação na implantação de políticas públicas nos últimos doze (doze) anos, inclusive as medidas de caráter emergencial; d) Analisar como estão estruturados os principais óbices da efetividade das políticas públicas desenvolvidas nos planos e o imaginário coletivo que circunda tais análises.

Para tanto, serão analisados do ponto de vista técnico levantamento bibliográfico criterioso sobre diversos materiais publicados, tais como, livros, artigos científicos e periódicos que embasam a pesquisa e trazem aporte as temática sobre ética, justiça social Sen (2000 ;[2011]2016); Davis, [1990]2019), formação do Estado e estrutura político social Sen ([2011]2016); Engels, ([1884]1984); Rancière (2014); Bobbio ([1987]2011); Morán (1995); Kurz (2004); além dos autores que tratam dos aspectos políticos tomando por base os direitos humanos, tais como, Hunt (2009); Tosi (2004); Kurz (2003); Almeida (2018); Angela Davis ([1990] 2017), dentre outros autores de igual relevância que conferem suporte aos pensamentos delineados nesta pesquisa e que auxiliaram na construção de um contributo sobre a temática. Portanto, são produções advindas do contexto de tempo presente (últimos cinquenta anos), percorrendo diversidade geográfica, institucional e de áreas optando por uma abordagem multidisciplinar.

Por isso a atenção será voltada às políticas públicas que concretizam os direitos humanos de eixo fundamental, tendo como foco as principais políticas identificadas nos programas de governo, entendidas como essenciais e como estas encontram-se estruturadas no pensamentos dos últimos gestores políticos, responsáveis por dar o tom da organização político-social. Importante salientar que, diversos fatores atuam como condicionantes sociais inatos do sistema capitalista, a exemplo da vulnerabilidade intrínseca e extrínseca⁴ que contribuem para a permanência da população em níveis graves de instabilidade financeira e social, estando relegados cada vez mais a acentuada pobreza, culminando com a crescente insegurança alimentar (ROGERS; BALLANTYNE, 2008).

Serviram de base para essa abordagem o levantamento dos últimos fatos político-sociais, de cunho econômico, como uso indevido de dinheiro público, bem como em outros aspectos da vida social. Todos vistos à luz do plano de governo e do contexto social de um passado recente. Os dados coletados partiram da análise dos últimos governos, valendo como marco a implementação de políticas públicas pensadas ainda na condição de candidatos/a, sem

⁴ Entende-se por vulnerabilidade extrínseca aquela voltada a negativa de direitos políticos e sociais que tornam estes grupos sujeitos a discriminação institucionalizada em razão de gênero, raça, idade ou sexo, empurrando estes indivíduos para uma subalternidade social hierárquica. Já a vulnerabilidade intrínseca diz respeito a fatores que são imanentes ao próprio indivíduo, tais como, idade em seus extremos, deficiência física ou mental ou a existência de doenças graves. (ROGERS; BALLANTYNE, 2008, p. 32).

olvidar a recente crise em saúde pública causada pelo Sars-CoV-2, responsável pela implementação de políticas emergenciais, este último a cargo do presidente eleito. Sendo vista com maior atenção às políticas de transferência de renda implantadas, tais como, a Lei de n. 13.982/2020⁵ e os seus desdobramentos em cenário político, social e econômico.

A pesquisa documental se faz presente dado a necessidade de comparar as normas (princípios e regras) extraídos de Leis e dos planos de governos dos últimos três presidentes/a eleitos/a, vistos à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei n. 9.504 de 1997 (regula os planos de governo).

Como instrumento delineador de contextos, foram analisadas políticas públicas pensadas nos últimos doze anos, para entender quais políticas públicas foram priorizadas: se aquelas voltadas à saúde, à educação e/ou distribuição de renda em níveis de miserabilidade, e quais projetos foram desenvolvidos nos Governos Lula (plano 2006 para o mandato 2007-10); Dilma (planos 2010/14 para o mandato 2011/14-2014/16); Michel Temer - (iniciado após o impeachment - 2016/19; até os dias atuais plano (2018) para o mandato (2019/20) - Jair Bolsonaro, com o objetivo de compreender em quais dimensões dos direitos humanos encontram-se amparadas as principais políticas em Direitos Humanos, sendo que o recorte político temporal leva em consideração aspectos como: autonomia atribuindo condição de agentes a estes indivíduos e não como meros recebedores de benesses públicas, entendendo a relação destes mecanismos com a democracia e com a crise da identidade estatal.

2 FORMAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO: EXPLICANDO TERMOS E CONCEITOS

As delimitações traçadas nesse campo buscam conceituar aspectos importantes sobre o Estado e suas estruturas de poder político a partir da epistemologia filosófica, e em alguma medida sociológica, todas associadas aos contributos feministas tendo por função orientar sobre as correntes e conceitos que cercam esta pesquisa ao delimitar as concepções adotadas para a compreensão das questões que serão tratadas no campo relacional existente entre Estado, democracia e os/às cidadão/ãs.

⁵ Responsável por instituir as políticas públicas de caráter emergencial, reconhecida pelo Decreto n. 06 de 20 de março de 2020. Versa dentre outras coisas sobre a titularidade, concessão e os valores recebidos no montante de seiscentos reais, concedidos para até duas pessoas da mesma unidade familiar ou um mil e duzentos para mulheres chefes de família, que estiverem em instabilidade financeira durante o período de calamidade pública em decorrência da epidemia do coronavírus (Covid-19).

O Estado como instituição pública capaz de moldar as estruturas como mencionado, sempre foi pauta do interesse em diferentes campos do conhecimento, assim, o poder Estatal possui múltiplas concepções e paradigmas que costumam variar de acordo com o modelo de governo que se encontra em vigor.

Para Maria Luz Morán (1995), em sua obra *Sociedad y Política*, os contornos que um determinado Estado adota leva em consideração múltiplos aspectos intrínsecos como a sua natureza e suas características. No entanto, a mesma sociedade poderá ser analisada sob diferentes perspectivas a depender das correntes sociológicas adotadas que terão bases analíticas diversas, assim como olhará as estruturas sociais em parâmetros diametrais. Quanto ao poder exercido perante estas instituições, existem ao menos três divisões clássicas, pautadas no funcionalismo, no marxismo e no viés weberiano.

Levando em consideração o Estado, em que a democracia seja o modelo de governo adotado, as análises a partir desta perspectiva funcionalista, terá por objeto o indivíduo, seus valores sociais, motivações e costumes que são responsáveis pela moldura dos aspectos sociais. Em contrapartida, tal corrente distancia-se da relação indivíduo-estado, ao passo que não reconhecem que as desigualdades econômicas e sociais, embora existes, não são fruto direto da distribuição do poder político (ou da sua ausência), mas sim, oriundos de interesses individuais de determinados grupos que se encontram na elite econômica e disputam pela ascensão social, por interesses diversos.

Para a corrente pluralista, o objeto fundamental, será o sujeito e suas diversas formas de perceber e influir nesta sociedade, o poder político aqui encontra-se difuso. Deste modo, não é reconhecida a divisão social de classes por entender que a solidariedade cruzada que, consiste na coexistência de diversos grupos com múltiplos interesses impedem a existência de tais fatores (MORÁN, 1995).

Em suma, para esta teoria as instituições perpassam pelo campo da modernização do sistema econômico em um modo de produção capitalista, ampliando as redes de comunicação social com fundamento em seus comportamentos, tendo como produto dessas interações sociais e econômicas o sistema político democrático que no fim, serve como solução para as problemáticas causas pelo referido processo de modernização (MORÁN, 1995).

Em um viés filosófico, mas seguindo esta linha de intelecção no que tange a inserção da democracia no contexto social contemporâneo, Rancière (2014), compreende que, a vida democrática é a principal antagonista do bom governo democrático endo tal excesso causadora de polarizações sociais, a exemplo do debate público que advém da democracia, como elementos que geram custos e trabalho, além de aumentar sobremaneira a atenção sobre as

atividades da vida pública, o que não é bem vindo em um mundo capitalista. O deslocamento da atividade pública voltado à sociedade individualista e elitizada tem sido responsável pelo apagamento da sociedade na esfera pública, cada vez mais desmobilizados por uma série de fatores que o próprio sistema capitalista é capaz de criar para enfraquecer os referidos movimentos sociais.

Assumindo uma visão de sociedade pautada na divisão de classes, surge o pensamento marxista, que difere da corrente funcionalista por entender que determinadas classes sociais são capazes de ditar as estruturas sociais organizadas através do tempo, em uma relação de causa e efeito entre ações do passado e as consequências sentidas no presente/futuro (materialismo histórico) dentro de uma lógica dialética (evoluções, modificações sociais). Por isso, entender que as condições humanas vividas, atualmente, não são fruto de um acaso, mas sim, percebidas como consequências de decisões adotadas no passado, principalmente, naquilo que envolve o sistema de produção e circulação de bens e riquezas é entender que existem fatores condicionantes para determinados grupos, que historicamente foram preteridos. (MORÁN, 1995).

Estas riquezas passam a ser vistas como centrais antes mesmo do sistema capitalista tal qual conhecemos, passando pelo mercantilismo das grandes navegações no passado e atingindo o mundo como é, através da globalização. Sendo utilizado como instrumento de perversidade que intensifica o “aumento dos males espirituais e morais: como os egoísmos, cinismo e a corrupção” (SANTOS, 2001, p. 19-20).

Os pontos apresentados, em um viés marxista, fazem parte do trabalho iniciado por Marx e Engels, no século XVIII, que serve de base para entender uma série de fatores sociais que vivenciamos na atualidade se tomarmos como base a forma como a economia é responsável por delinear os aspectos sociais e políticas que, na contemporaneidade são sistematizados em cotejo com perspectivas plurais inserindo marcadores, tais como, raça e gênero. Imperioso entender que tais arranjos foram costurados de tal forma que, tudo o que foi precariamente fundamentado, como o patriarcado e o racismo, são propagados como parte de uma cultura nacional, tendo em vista que são cultivados e nutridos por uma classe que colhe destes frutos e que de tudo fazem para permanecer com os seus privilégios que, não podem ser confundidos com titularidade de direitos Kurz (2004), pois os direitos são limitados por uma ordem jurídica, enquanto os privilégios pairam sobre os limites da própria ética e do direito embora contraditoriamente se valham desses mesmos mecanismos.

Da necessidade de resistir, surgiram necessários debates sobre a construção de teorias e correntes que tem por foco a explicação do que seria o racismo estrutural (Davis [1990]2019;

Almeida, 2018), e de como encontra-se fundado o patriarcado sendo este reconhecido como a primeira divisão de classe protagonizada por homens em detrimentos de mulheres para a proteção da propriedade privada. (Engels, [1884]1984; Saffioti, 2004).

Além de novas vertentes do feminismo a partir do viés da pessoa negra tendo como principal categoria analítica a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; DAVIS 2019; ALMEIDA, 2018), com ações e reestruturações sociais das comunidades negras a partir das problemáticas sociais que mais assolam esta comunidade: raça, classe e gênero e as perspectivas de atuação nos planos das políticas públicas que favorecem estes setores. Tais análises contam com as contribuições de outros estudos que modificam e atualizam o pensamento do feminismo marxista a partir dos escritos de (ARRUZZA, et. al., 2018; DAVIS [1990]2019) e as análises das políticas de distribuição trazidas por Fraser (2006), à luz dos movimentos sociais feministas.

2.1 Direitos humanos: origem, dimensões e sua inserção em um mundo capitalista

Os Direitos Humanos, quanto um conjunto de princípios universais de proteção social, nasce em um contexto de profunda calamidade global ocasionada pelas sucessivas Grandes Guerras Mundiais (1914/18-1939/45), sendo responsáveis por conferir uma maior proteção àqueles/as que se encontram pressionados por intensas vulnerabilidades intrínsecas ou extrínsecas. Neste contexto global, foi promulgada em 1948 a Declaração Universal de Direitos Humanos, sendo o marco legal internacional sobre a temática. No entanto, há quem defenda a sua existência na qualidade de Direito Natural, em menores proporções em outros períodos da humanidade relacionando-os com a Idade Média e a Moderna dada a forte influência teológica em seus princípios (TOSI, 2004; HUNT, 2009).

Em que pese a sua ampla origem, para Tosi (2004), a projeção dos Direitos Humanos no ocidente é atribuída a dois fatores primordiais: a sua história social e a conceitual. Sendo que, a primeira compreende as modificações que são possíveis ao longo do tempo a partir das intensas relações travadas pelos movimentos sociais responsáveis por impulsionar o debate em sede de direito público. De outro lado, valendo-se de outros mecanismos, mas, tão importante quanto traduz a história conceitual que trata de um aspecto científico e interdisciplinar dos Direitos Humanos conferindo *status* multidisciplinar a sua temática que, em via de mão dupla, aborda e é abarcada pela ética, política, economia, sociologia dentre outras disciplinas.

Os direitos humanos, por constituir e ser constituído, tanto o debate ético quanto o debate político, responsáveis por sua implementação através de políticas públicas, estão

segmentados em dimensões, pois, em sendo a ética assim estruturada, de forma reflexa, encontra-se posicionado os Direitos Humanos, tendo em vista que deles extraem o seu sentido de atuação. Estas dimensões, por sua vez, subdividem-se em quatro importantes segmentos que surgem à medida que as reivindicações eram atendidas, iniciando com os direitos políticos, seguido dos direitos sociais na segunda dimensão e dos direitos na ordem internacional e geracional ocupando a terceira e quarta dimensões respectivamente (TOSI, 2004).

Para Hunt (2009), os Direitos Humanos são direitos atribuídos a todas/as com igualdade, universalidade e auto evidência, conceitos extraídos de um pensar ético, mas que apenas serão válidos quando estiverem na pauta política somado a participação da sociedade civil e das instituições capazes de representá-las, a exemplo dos sindicatos, das associações e dos grupos de movimentos sociais.

Hodiernamente, estes espaços encontram-se esvaziados por uma série de medidas políticas que, tem por fim último, distanciar as organizações políticas, inicialmente, da classe trabalhadora, com a desmobilização sindical, passando para os ataques aos grupos de movimentos sociais tão presentes em outros momentos históricos (GOHN, 2013)

Em Kurz (2004), os Direitos Humanos são vistos em uma dupla perspectiva que é responsável conferir aspecto contraditório a esse instituto ao passo que, é utilizada tanto para a garantia de direitos fundamentais quanto para justificar as suas violações. Esta última pautada por restrições fundamentadas em aspectos formais, tais como, a titularidade, que funcionam como negativas de direitos fundados, principalmente, em diretrizes políticas, econômicas, geográficas, na hereditariedade e nos privilégios.

Trazendo Sen ([2011]2016), para o debate e personificando as atuações do Estado a partir das análises do comportamento humano diante de diferentes situações políticas que possuem o mesmo viés social, é possível perceber o quão questionador deve ser visto as decisões adotadas pela mesma pessoa que sejam demasiadamente contrapostas. Ou seja, não é possível que uma mesma pessoa adote concepções revolucionárias em dado momento histórico, e, em outros momentos, assumam ideais contrapostas que ferem frontalmente aquilo que, o autor, define como uma mesma ideia classificatória, a exemplo do conservadorismo, ou sobre questões raciais, de gênero ou orientação sexual.

Assim, um conservador, dificilmente, oscila entre atos de revolução e conservadorismo. Nestes casos, a visão adotada não costuma nascer de uma concepção geral de Justiça ou de uma teoria de justiça, mas esbarra em interesses pessoais. Daí, a desconfiança que deve ser crescente na sociedade, principalmente, em atos de gestores públicos (SEN, [2011] 2016).

Retornando ao debate dos Direitos Humanos, não poderão estes assumir posicionamento ambivalente, contemplando aspectos positivos e negativos da sociedade respaldada em uma teoria de justiça social. O fato é que o seu uso contraditório, ainda que exista na vida social, não pode ser defendido no campo teórico sob pena de conformação e adequação deste viés duvidoso dos direitos humanos que, deve ser amplamente questionado, e não a ele associado. O que não significa dizer que não se deve revelar o mau uso dos princípios relativos aos direitos humanos, mas que seja pontuado como óbice, e não como uma outra face da mesma moeda.

Também não significa dizer que os posicionamentos expressos na vida pública sejam, necessariamente, estanques. Mas que estas mudanças sociais, de viés teórico e/ou ideológico sejam recebidas sob um olhar crítico, e, principalmente, entendidas em seu contexto, não em detrimento da análise de decisões e posicionamentos isolados. É tão importante a participação do povo, assumindo papel ativo na adoção destas medidas e na fiscalização das ações públicas. Não podendo ser o Estado definido pelo o que diz ser, e sim, pelo o que de fato é. Pois, as formas de governo podem ser escolhidas em termos formais (estado democrático de direito), mas, distorcidas em termos práticos (autocracia/ oligarquia).

No entanto, outras questões surgem, quando o modelo de sociedade, estrutura familiar e subjetividades encontram-se em contraposição a formação adotada pelo estado, o que é comum. Principalmente quando existem uma pluralidade de etnias e raças, que se organizam de acordo com a sua ancestralidade no mesmo território. O que não é comum, e nem aceitável, é o que tem sido feito dessas diferenças sociais que passam a atuar como mola propulsora para acentuação das disparidades globais.

A internacionalização da economia em uma gestão globalizada tem enorme parcela de culpa por levar a humanidade a níveis cada vez mais acentuados de fome, pobreza e desabrigo. Para tanto, valem-se de uma robusta simbiose entre: política e as técnicas de produção, esta última materializada através da unicidade de técnicas, preterindo aquelas de uso comum e geral, para focar nas técnicas hegemônicas manipuladas por poucos e que justifiquem a exclusão social e o aumento da desigualdade. No entanto, tais mecanismos (computador, smartphone, tecnologia 5G) apenas serão parte da história quando reconhecidos pela política, e não, aquela construída em âmbito público, mas sim a que se constrói em âmbito privado (empresas), ao passo que a produção é fragmentada, o que impede organização dos movimentos sociais (alienação) o comando é centralizado, formando “isolamentos legislativos globais” e sinalizado para o novo modelo de mais-valia globalizada a partir de uma nova perspectiva de escravidão

moderna do trabalho em que a alienação é mais latente, pois, ocorre entre continentes (SANTOS, 2001).

Os movimentos sociais articulados, principalmente, em greves globais têm ganhado vulto, ainda que de forma tímida e pontual, sendo capaz de reunir diversas trabalhadoras ao redor do mundo, a partir do movimento feminista, movidas pelo anseio das principais transformações sociais (gênero, raça, classe, LGBTQIA+fobia) ao passo que reivindicam redistribuição de renda e a ampliação do reconhecimento amplo das atividades laborais, inclusive, o trabalho doméstico- (atividades produtivas, quanto as atividades reprodutivas- criação e manutenção da prole) para manutenção do capital humano excedente. Em muitos casos, estas mulheres não exercem atividade laboral remunerada, ainda que exerçam tarefas essenciais à manutenção do sistema capitalista. “A resistência contra o neoliberalismo se deslocou para outros terrenos: saúde pública, educação, previdência, moradia – trabalho e serviços necessários para a reprodução dos seres humanos e comunidades” (ARRUZZA, et. al., 2018, p. 115).

Defendendo uma opressão generalizada contra os 99% da humanidade que não detém o capital. É sobre tais pautas que ressurge o movimento feminista contemporâneo, unindo duas perspectivas tidas contraditórias ao reivindicar a construção de uma teoria crítica do reconhecimento, capaz de unir a política cultural da diferença, aqui vista sob a óptica da intersseccionalidade, as políticas sociais da igualdade através dos mecanismo de redistribuição de renda, sendo estas pautadas discutidas em esfera pública, o que confere maior validade as conquistas arduamente pactuadas, devido à condição de avalizador do Estado (VALOBRA; 2015; ENGELS, [1884] 1984; FRASER, 2006).

Um importante diálogo surge nesta perspectiva e bifurca-se quando a mesma pauta é analisada de acordo com as diferenças existentes entre a diversidade de exploração daqueles/as que, compõem “os 99%” que são oprimidos pelo “1%” que detém a maior parte do capital global, sendo em sua maioria, homens e brancos (ARRUZZA, et al, 2018).

Ressalte-se que dentro desta lógica capitalista, não são todos e todas que estão no mesmo patamar de opressão dentro de uma sociedade estruturalmente patriarcal, misógina, sexista e racista tendo dentro desta massa de oprimidos escalas diversas de opressão que são realizadas tanto verticalmente quanto horizontalmente.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Imaginário coletivo e os reais contornos sociais do Brasil

Embora visto como terra da diversidade, o Brasil, assim como toda a América do Sul, é visto e percebido sobre as lentes das suposições. Este imaginário coletivo perpetua-se e constrói a imagem do místico, do selvagem, e, que, apenas construiu um arranjo desajustado de civilidade através das primeiras invasões europeias que concede o seu modelo de homem universal descrito por Almeida (2018), para a construção do que seria o homem médio brasileiro (homem de bem para o mundo jurídico cumpridor das suas obrigações). Como não poderia deixar de ser, este mesmo imaginário também construiu os seus antagonistas, materializados, aqui, em figuras com traços, características fenotípicas e de personalidade determinadas pela raça.

Como as análises das estruturas sociais nos contam, a raça representa mais do que a identidade e a ancestralidade que uma pessoa pode carregar sobre o seu povo. Forjada no século XVI, esta teoria biopolítica, tinha funções que iam além de meras análises biológicas sobre a rica diversidade da humanidade, servindo como pressuposto material para um sem-número de violações sociais, em que é preferível tratar, hodiernamente, como meras fatalidades histórias sobre as quais não existem vestígios ou elementos que os fundamentam, tais como, a necropolítica estruturalmente instalada (MBEMBE, 2009; ALMEIDA, 2018).

A ausência de debates é encarada por Sen ([2011]2016), como um grande empecilho para a realização da justiça social, pois tende a impulsionar a tolerância descomprometida, em que para não recair em um conflito maior, evita-se o debate contra grupos de ideologias diferentes. No entanto, é necessário entender que nem sempre o problema está na ausência de diálogo, pois, existe a real possibilidade de determinados grupos trabalharem, sim, as suas justificativas e anseios sociais pautadas em uma racionalidade argumentativa. E, tais pensamentos, podem, de tão racionais e indiscutíveis serem vencidos, não por contrarrazões incontestes, mas, pelo o que Weber, teorizou como uso legítimo da força atribuída ao Estado, que é a coerção. Em termos da praxe social significa institucionalizar a violência perante os grupos vulneráveis que são: pretos/pardos, mulheres, crianças, idosos, latinos e caribenhos dentre outros grupos que possam ser oprimidos pelo rolo compressor do desenvolvimento através de questões gênero/raça e classe dos anos 60/70 segundo Patrícia Hill Collins (2017), transferidos para a academia à luz da justiça social por Kimberlé Crenshaw (2002), através da interseccionalidade.

Ocorre que, antes de mais, a raça nasce para a proteção e fundamentação em uma *pseudo* racionalidade capaz de, ao seu modo, tempo e lugar justificar as barbaridades e objetificação de um povo sobre o outro. Ela surge para que tornar possível a expansão do sistema econômico mercantilista, que se aperfeiçoou para o atual sistema capitalista global responsável por garantir

os privilégios decorrentes dessas violações que atingem aspectos como raça, gênero, orientação sexual, classe, religião, família e todas as subjetividades que os constituírem enquanto sujeitos, em uma ação negativa interseccional que devem ser combatidas com ações positivas, também de viés interseccional, o que pressupõem apropriação da divisão racial, historicamente construída como forma de resistência contra hegemônica.

Para (Engels, [1884]1984; Iara Saffioti, 2004; Adriana Valobra, 2015), a configuração do mundo Ocidental, fundada no capital e na atual estrutura societal e de estado, se torna possível com as mudanças na estrutura dos grupos familiares, antes fundada em *gens*⁶, para os grupos nucleares e poucos extensivos, com o fito de garantir a hereditariedade da riqueza e dos privilégios. Neste momento, a sociedade deixa de ser matriarcal e coletiva e passa a atender a um viés patriarcal e individualista, com o nascedouro do patriarcado. O Estado nasce, neste contexto, com o objetivo de garantir a persecução destas novas regras sociais que perduram e fazem com que as desigualdades entre homens e mulheres permaneçam latentes. Saliente-se que tais mudanças não vieram sem resistência e luta social, mas aconteciam à medida que as ações eram institucionalizadas e avalizadas pelo estado que, por sua vez, seria um terceiro imparcial na persecução destes direitos através da coerção.

Sobre tais regras (organização, autodeterminação e disposição familiar) que a coerção pelo descumprimento recai, moldando e limitando os grupos sociais plurais. Para Davis, em sua obra “Mulher, cultura e política” (1990), publicada no Brasil, apenas em 2017, a composição familiar negra estava pautada não no individualismo já pacificado no Ocidente, mas a sua estrutura e função tinham uma concepção muito mais ampla, e não estavam limitados a fatores biológicos ou de descendência, o que foi combatido e restringido como uma das formas de modelar autonomia da população negra, sobretudo de mulheres.

Tais reflexos não foram apagados apenas com a abolição. A resistência das famílias negras perante a imposição das normas sobre a sua cultura e a gestão familiar são tidos patológicos e a complexidade dos seus problemas familiares e sociais reduzidos ao que o imaginário coletivo taxa como indolência, preguiça, má disposição ao trabalho ou aos assuntos da coisa pública. A redução dos problemas da comunidade negra e esquecimento dos impactos que as políticas econômicas, raciais e do modelo de promoção social estão construídos, são transferidos a estas mesmas comunidades, ao torná-los os únicos culpados sobre a sua condição

⁶ Palavra de origem latina, cunhada por Morgan, e utilizado no livro, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, para designar as famílias que encontravam-se estruturadas na linhagem materna tendo em vista que o seu significado pode ser traduzido pelos termos- “linhagem” ou “descendência”, do alemão, pode ser traduzido para o termo “engendrar”. As famílias neste modelo possuem um conceito extensivo e coletivo (ENGELS, 1984. p. 125).

em meio social, o que se mostra desarrazoado, pois, adota a cômoda e simplista posição de justificar os problemas sociais, apenas, eximindo-se deles (DAVIS, [1990]2019; ALMEIDA, 2018).

A adoção deste discurso coloca a população negra (9,4%) e a parda (46,8%), em completa situação de vulnerabilidade, ainda que correspondam a maioria da população brasileira (56,2%) segundo censo do PNAD⁷ (2019), são também os grupos que despontam quando o assunto é desigualdade social nas mais variadas esferas sociais, tais como, na educação a partir dos dados de analfabetismo (9,1% pretos/as; 3,9% brancos/cas-2018); da taxa de homicídio entre jovens de 15 a 29 (98,5% pretos/as; 34,0% brancos/as-2017) na baixa representação política (24,4 pretos/as; 75,6% brancos/cas-2018), segundo dados do IBGE (2019) sobre os dados da desigualdade por cor ou raça no Brasil.

Sendo as políticas de maior vulto atribuídas a esta parcela da sociedade aquelas voltadas a distribuição de renda, com o fito de reduzir os alarmantes números de pessoas compondo os quadros de pobreza extrema que, ainda em 2018, já acendia-se um alerta para o aumento no número da precariedade da qualidade de vida com a sinalização de que cerca de 13,5 milhões de pessoas encontravam-se na extrema pobreza, segundo o (SIS) Síntese de indicadores sociais publicado através da Agência IBGE Notícias (2019).

Se o parâmetro adotado for raça/cor aqueles/as que possuem maior dependência das políticas públicas de combate à pobreza, muitas delas voltadas a persecução das políticas de segunda dimensão (direitos humanos sociais) lá estarão em esmagadora maioria a população negra. Segundo Maria Carolina Trevisan (2020), ao analisar os dados extraído dos cálculos realizados pela IBRE/FGV (2020), quanto aos impactos do auxílio emergencial concedido em valor histórico, na soma de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para os primeiros três meses do decreto da pandemia do novo corona vírus, a população de mulheres negras, foram as principais beneficiadas, com a estimativa de que cerca de 4,2 milhões de mulheres saíram da extrema pobreza a partir da concessão do auxílio, seguidas do homens negros (4,1 milhões). Em contrapartida os benefícios foram concedidos apenas a 784 mil mulheres brancas e 630 mil homens brancos, o que demonstra maior estabilidade e autonomia financeira deste grupo étnico/racional que pouco dependem das ações direta do estado e em termos de empregabilidade e bem estar social.

⁷ Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, realizada em 2019, com o fito de perceber o panorama da população brasileira que seja capaz de fundamentar pesquisas e políticas públicas em diversos setores.

Em contrapartida, a população negra corresponde aos mais afetados pela carga tributária no país, segundo dados da INESC em parceria com a Oxfam Brasil (2014), em pesquisa intitulada: “As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda”, em que utiliza como recorte as dimensões de gênero, raça e classe. Foi identificado que, as mulheres, negras/pardas e pobres são aquelas que mais contribuem proporcionalmente ao valor das suas rendas para o sistema tributário, com cerca de 35,59%, enquanto que os homens/brancos pagam cerca de 13,19%. Tamanho desequilíbrio revela como o sistema encontra-se engendrado para inviabilizar qualquer chance de desenvolvimento humano deste grupo populacional, tendo em vista que toda a renda auferida é consumida sem reservas pelas mulheres que, em muitos casos, chefiam sozinhas seus lares sendo cerca de 62,4% desses arranjos compostas por mulheres negras/pardas e 38,2% composto por mulheres brancas (SIS, 2019)⁸.

A mesma população é percebida como algoz do desenvolvimento social, ao passo que, atribuem a tais grupos a escassez do dinheiro público, devido às políticas desenvolvidas com previsão orçamentária estatal voltadas à reparação social na saúde, educação e na distribuição de renda ou assistência social. Nesta dinâmica, o Estado isenta-se de qualquer responsabilidade e culpabiliza todas as pessoas que estão na base da pirâmide social.

Embora os modelos de sociedade e economia capitalista estadunidense sejam muito distantes daquele desenvolvido no Brasil, consequências do modelo de colonização impostas a estas colônias, de povoamento e exploração respectivamente. Os discursos de Angela Davis ([1990] 2019), podem ser traduzidos e comentados para a realidade brasileira, principalmente, no que toca às questões raciais em cotejo com as questões econômicas e o referido imaginário social a que esse trabalho se refere como empecilhos sobre a concessão de políticas de bem estar social. Principalmente, por ser este o perfil de família que mais sofre com a esganadura econômica, seja lá ou aqui.

3.2 Políticas públicas: aspectos políticos, jurídicos e os anseios macroeconômicos

Entende-se por políticas públicas as intervenções em diversos campos sociais e econômicos, todos de caráter político, por isso, tendem a variar de acordo com as metas e interesses de determinado governo vigente. No Brasil, as políticas públicas de maior relevo estão descritas como objetivos na própria constituição federal em seu art. 3º, porém outras tantas

⁸ Síntese de Indicadores Sociais (SIS)- trata-se de estatísticas sociais que utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD de 2012 a 2019, dentre outras fontes para chegar aos referidos dados.

tem previsão nos arts. 1º ao 8º, além serem encontradas de forma esparsa por toda a constituição, por serem de construção prolixa.

Da mesma forma, as políticas públicas podem ser desenvolvidas a partir de cooperação internacional definidas em tratados e convenções, a exemplo da Convenção Internacional de Direitos Humanos, ou mesmo por suas diretrizes que costumam ser defendidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), através dos seus múltiplos setores no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico e social em cotejo com os direitos humanos. Como exemplo das recomendações recentes, nesta área pode ser citado a implantação de auxílio às famílias durante a pandemia do Sars-CoV-2, por uma alta funcionária da ONU Ásia-Pacífico. As interações globais têm sido de fundamental relevância para que seja definido uma série de fatores em âmbito regional nas últimas décadas, ao menos em tese.

Isso porque a atuação de determinadas instituições internacionais têm levantado questionamentos, que funcionam como alerta, a exemplo do que descreve Márcio Pereira (2009), quanto a atuação do Banco Mundial, a principal instituição internacional, criada no pós-guerra, que supera as instituições responsáveis pela promoção dos direitos humanos e revela questões a serem problematizadas. O primeiro fator a ser levantado trata-se da sua gênese, sendo este um modelo estadunidense que, posteriormente, foi alçado ao status de organismo internacional, rendendo ao seu principal acionista os Estados Unidos da América, a arrecadação financeira proveniente de sócios minoritários, comumente de países periféricos. Outra questão trazida pelo autor, revela como o banco mundial passa a ser central nas decisões econômicas, políticas e sociais adotadas por outros países, através da coação, ao não conceder créditos ou por influência através de pareceres técnicos sobre programas que entendem ser convenientes.

Levando-se em consideração tais aspectos, a perversa estrutura econômica globalizada, que afronta normas internas de um país e suprime uma série de direitos sociais, a exemplo, dos direitos trabalhistas, é pensada em uma lógica de mercado. Sendo vista como condicionante para a permanência como um país em desenvolvimento ou subdesenvolvido, ao passo que levam crescimento financeiro, em contrapartida, estimulam o corte de direitos fundamentais, permitindo a movimentação das engrenagens que estimulam a lógica de produção exploratória.

Por isso, análise voltada apenas ao aumento do poder de compra segundo Furtado (2002); Sen ([2011]2016), termina sendo um fator tanto ilusório, pois, remete a sensação de desenvolvimento humano, ao atender a uma demanda de mercado consumidor, que passam a valer-se dos salários e/ ou mesmo o seu direito de crédito concedido de forma até mesmo abusiva. Por outro, sabe-se que muitas famílias dependem das políticas públicas, principalmente aquelas de caráter social (segunda dimensão de direitos humanos) é pode ser

exemplificada pelas políticas de distribuição de renda. Neste dilema, adoção de medidas terminam por ser necessárias com o objetivo de dirimir injustiças sociais urgentes, em projetos que tenham factibilidade e que não vigorem eternamente, mas que tenham início, meio e fim estruturadas, de modo que seja possível avaliar os seus resultados.

As políticas públicas, também, a um só tempo, tentam resolver questões de ordem social, por meio da concessão de verbas alimentares, a exemplo, do programa de governo como o bolsa família, responsável por retirar cerca de trinta e seis milhões de pessoas retiradas da condição de extrema pobreza desde 2003 (PT, 2014, p.18). Ao mesmo tempo, investiu em programas de aceleração do crescimento e abriu um enorme mercado consumidor. Toda e qualquer política deve ser vista tanto pelos seus efeitos diretos quanto indiretos, e, sempre levando em consideração a perspectiva de quem porventura vier a implementar tais projetos.

Pode-se dizer que quando existe a vontade de promover ações sociais positivas cumuladas a fatores éticos e de realização dos direitos humanos, o contexto político consegue desestruturar os vícios e ressignificar as suas posturas mais enrijecidas. Principalmente, quando tais reformulações surgem dos movimentos sociais feministas, questionando as estruturas de gênero e as relações de patriarcado enfrentadas no Brasil, pelo movimento negro, que dentre os muitos pleitos questionam a sua inserção a direitos mais básicos assim como os integrantes do movimento LGBTQIA+, ou mesmo as modificações estruturais. Tais movimentos são o que Rancière (2014), entende como democracia. Sendo, na verdade, uma exceção, uma concepção extravagante, que vem sendo desacreditada.

Entendendo a democracia em seu sentido ambíguo, Rancière (2014), evoca esta condição para explicar a relação (Estado-indivíduo), ao mencionar a sua origem na ausência de poder dos “sem título”, sendo possível falar em política, pois existe a democracia como fio condutor. E, em sendo a política instrumentalizada pelas constituições, a fragilização do sistema político termina por impactar a própria disposição constitucional, desvelando abertamente os vícios de uma democracia corrompida ao afastar-se do modelo de democracia que conhecemos.

As afrontas podem ser percebidas diretamente naquilo que pode sofrer emendas à constituição (modificação literal ou interpretativa do texto constitucional), que deveria ser protegidos pelas chamadas cláusulas pétreas, que em termos de retrocesso social, passam a ser abertamente mitigadas com a doação de medidas encabeçadas pelos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a exemplo, da Emenda Constitucional 95, conhecida como “teto de

gastos públicos”⁹ que, em outras palavras, representa o sufocamento das ações de caráter social, priorizando o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano, a partir de ataques transversos e indiretos a direitos humanos mais básicos como saúde e educação, além de outros projetos sociais que perderam força e verbas perdendo frente de atuação.

Como o sistema estatal, seja no Poder Executivo, Judiciário ou em sede do poder Legislativo, terminam sendo regidos pela lógica de mercado, não raro, estes modelos encontram-se emaranhados com o objetivo de preservar as boas relações com o setor econômico. Este fator traz perspectivas desanimadoras quanto ao futuro da democracia no Brasil, pois, em que pese as suas falhas, como afirmado por Hobsbawm (2001), este é o pior modelo experienciado pela humanidade, salvo todos os outros. Quando associado a fatores como ética e alteridade, consegue ser um instrumento de transformação positiva, em alguns setores, logicamente, visto com ressalvas.

Como dito, inicialmente, a democracia surge da necessidade de modificação do *status quo*, antes pelo povo (representado pela burguesia), atualmente, pela economia de mercado. Ora, oscilando, entre as modificações de interesse da sociedade de mercado ou a fatores de interesse particular, demonstrando uma involução, ora atuando como ensejador de pautadas éticas, impulsionando as modificações sociais positivas. Esta gangorra, funciona como um grande equilíbrio para que a democracia continue sendo vista como a melhor entre as piores formas de governo.

Em um mundo em que a tudo é atribuído valor de mercado, a percepção da sociedade de massa, regida por acirrados discursos de ódio que, em alguns casos, apesar de empobrecidos, revela o pensamento negativo entranhado na própria sociedade. Esses efeitos são acentuados em um contexto de sociedade capitalista, em que a pessoa humana é vista a partir da sua posição em determinada classe social, sendo os insolventes aqueles de maior ausência de direitos sociais (KURZ, 2004).

Por isso, a democracia é reduzida ao voto, pois, o acesso a mais ou menos direitos, ganha aparência de subjetividade, na escolha de um ou outro governante, que, de fato, reverbera em

⁹ Emenda Constitucional 95 de 15 dezembro de 2016, que alterou o regime fiscal, congelando as despesas primárias em 20 anos, sufocando ainda mais setores essenciais que se encontram defasados a década, tais quais a saúde e educação que, sofre ainda mais com os efeitos de uma pandemia, somado a referida contenção dos gastos públicos. A medida funciona com a estipulação de que o orçamento público de um ano-exercício levará em consideração os gastos do ano anterior corrigidos, apenas pela inflação (IPCA), conforme art. 107 Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: § 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá: II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

efeitos atenuados ou mitigados, mas que não é capaz de enfrentar as problemáticas mais endêmica e estruturais. Desta forma, a democracia vem destacando-se dos seus principais pressupostos e criando formas híbridas, inférteis, que tendem a criar severas rupturas com questões como: os direitos humanos e os próprios direitos fundamentais constitucionalmente previstos.

A sociedade, neste contexto, reflete para todas as suas vertentes estas mazelas, construídas à luz do capitalismo. A crise política de que muito se fala, nada mais é do que os reflexos de uma sociedade organizada para consumo, individualista racista, o que faz do campo político, campo de batalha onde são travadas pequenas lutas diárias entre cidadãos que deveriam, ao menos, possuir consciência da sua condição de vulnerabilidade convergindo em uma luta comum escala local, regional e global.

Pereira (2009), ao trazer os levantamentos das gestões do banco mundial, salienta os anos 60, com a gestão do governo McNamara, como o principal marco para a política de atenção à pobreza em escala global, momento em que passa a ser vista como potencial propagadora de insegurança e instabilidade política, econômica e de segurança nacional. Insegurança esta que, insurge de grandes e pequenas revoluções que ocorriam em países subdesenvolvidos com tendência de alcance de novas fronteiras. Daí, surge a virada de chave, de um isolacionismo político-econômico, para uma visão intervencionista que nasce com as políticas de “assalto à pobreza” que dentre outras coisas era responsável por uma maior concessão de empréstimos destinados a implementação de projetos voltados ao desenvolvimento social, em saúde, educação, moradia, saneamento, básico e transporte concedidos a países pobres e marginalizados.

Nesse sentido, não é distante da realidade que sistemas pensados ainda na elaboração da Constituição Federal em 1988, como forma de exercício de representação direta, sejam esvaziados e que a população desconheça os debates sociais mais importantes. Isso porque os principais debates sequer são travados a nível local, regional em respeito a autonomia dos povos. Sendo os debates travados conforme os interesses de uma elite global capitalista, sendo todas estas ações tomadas em conjunto, fruto de longo círculo vicioso. Por isso não é incoerente afirmar que “o capitalismo, em suma, é fundamentalmente antidemocrático. Necessariamente gera uma geografia mundial imperialista, permitindo a Estados mais poderosos atacar os mais fracos, esmagando-os com dívidas” (ARRUZZA, et. al., 2018, p. 136).

Além das dívidas, outros fatores aprisionam e retardam a autodeterminação dos países subdesenvolvidos, tais como, os efeitos culturais da globalização a partir da disseminação do estilo de vida. As disputas tecnológicas, científicas e políticas tendem a acirrar a competição

militar e de controle. Outra importante frente tem sido a promoção de divergências políticas e sociais favoráveis, através da veiculação dos escândalos de corrupção midiáticos. Isso porque, mesmo que nenhum país desenvolvido tenha acumulado seu capital longe da exploração humana, dos recursos naturais e dos atos de corrupção, contraditoriamente, é por meio do fortalecimento de uma aparência ética que atrai estabilidade e possíveis novos investidores.

Entender este fenômeno como parte da fragilização legal da democracia aqui engendrada, possibilita compreender como as instabilidades econômicas oriundas de uma crise política ocasionada por atos de corrupção encontram-se estruturadas. Estando, pois, em uma perspectiva mais ampla, influenciando as estruturas sociais que podem ser usadas como mecanismo de controle e formação da opinião pública. O que em nada diminui a importância das investigações ao se ocupar dos atos de corrupção, mas, é necessário entender como este mecanismo também faz parte da fragilidade da democracia, tal qual conhecemos, quando utilizada longe de fatores éticos, como aqueles que mobilizaram o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016.

3.3 A política dos eleitos: entre programar e implantar e seus resultados práticos

Como esperado em uma sociedade que preza pela escrita e pelos contratos, vistos à luz de princípios e regras jurídicas rígidas, os programas de governo lançados, principalmente, com o fito de angariar votos, deveriam, *a priori*, serem vistos sob as mesmas regras. No entanto, a política dos presidenciáveis tem sido muito diferente daquela realizada pelos eleitos, devido a diversas circunstâncias, todas elas convergidas aos interesses macroeconômicos.

Pode-se dizer que, nos últimos 13 anos a partir do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva- Lula 2007-10; Dilma Vana Rousseff 2011-14/2015-2016; Michel Temer- iniciado após o impeachment- 2016/19; até os dias atuais 2019-20 no governo Jair Bolsonaro (recorte temporal adotado nesta pesquisa), de fato, houve um momento de virada política histórica com a introdução de políticas públicas responsável por retirar muitas pessoas da extrema pobreza, sejam de caráter voluntário, previstas e postas em vigor de forma programada ou frutos do acaso como as que ocorreram em decorrência da decretação da pandemia do coronavírus.

Retirando as situações em caráter emergencial, as políticas públicas costumam ser estruturadas e planejadas de acordo com demandas sociais identificadas, no entanto, não exagero dizer que, as principais medidas estão voltadas aos interesses econômicos de uma classe: branca, elitizada, cis-hetero-patriarcal, naquilo definida como uma forma degenerada, sendo o governo de poucos, voltado aos interesses dos mais ricos, perfazendo um sistema

oligárquico. Do outro lado, encontra-se a democracia, igualmente, degenerada, mas voltada aos interesses dos mais pobres. Sendo a sua forma pura, a *polida*, caracterizada pela governança da massa em prol do bem comum (BOBBIO, 1988).

A representatividade e o governo participativo devem ser a forma mais ajustada para construção de uma sociedade que, de fato, atue de forma justa, equânime e horizontalizada. Ainda que seja este o pensamento de alguns dos governantes, este constantemente se depara com uma estrutura política impregnada por graves vícios éticos e de justiça social. Desta forma, o voto, mesmo não sendo a solução de todas as problemáticas postas, representa uma parcela importante da decisão social. Por isso, atuar por mera negação não se mostra como a forma mais razoável, pois os efeitos colaterais do poder podem ser equilibrados através da pressão social a partir dos movimentos sociais. Sendo necessário articular com estes governos, principalmente, quando o assunto versa sobre questões de saúde pública, tais como, a fome e a extrema pobreza, além do atual debate sobre a pandemia e as alternativas de vida em comum.

3.3.1 Era Lula: Lula de novo com a força do povo e a licença de “poucos”

O programa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, intitulado: “Lula de novo com a força do povo”, tinha como lema descrito no preâmbulo: “O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade” (Lula, PT, 2006). Saliente-se que a criação de políticas desenvolvidas no Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Partido dos Trabalhadores (PT) no período 2003/06 (primeiro mandato), não serão analisados diretamente, pois, muitos dos projetos permanecem como meta em seu segundo mandato 2007/10 quando partilhava a vice-presidência com José de Alencar - Partido Republicano (PR)¹⁰. Ressalte-se que, será objeto de análise as políticas públicas adotadas no segundo período, pois, trata-se de políticas de continuidade, sem maiores inovações dos programas adotados anteriormente, atuando como afirmação dos campos já alcançados no mandato anterior.

O programa encontra-se estruturado em seis eixos dentre eles estão: os avanços de desenvolvimento de longa duração, com a redução das desigualdades sociais, prevendo uma atuação regionalizada; compondo o segundo eixo encontra-se as propostas voltadas ao meio ambiente e da diversidade cultural estando no mesmo eixo, o emprego e o bem-estar social; no

¹⁰ Criado em 2003, pelo Bispo Edir Macedo, o Partido Republicanos- PR, inicialmente denominado de Partido Municipalista Renovador- PMR, possuía ligação com a Igreja Universal, e esta filiação mostrou-se importante na conquista da reeleição.

terceiro eixo encontra-se o controle da inflação, seguido da ênfase na educação, democracia e garantia dos direitos humanos. No penúltimo eixo, encontram-se as políticas de presença soberana no mundo e forte integração continental (PT, 2006). O último eixo, intitulado: “compromisso com o povo brasileiro para continuar mudando”, foram traçadas as ações de combate à desigualdade, à pobreza como principais frentes de atuação, citando para tanto os dois principais programas de governo, mencionando o Programa “Fome Zero” e o “Bolsa Família” como basilares frentes de atuação (PT, 2006).

É perceptível a estruturação do programa de governo, com um forte clamor político de reeleição, demonstrando os resultados políticos do mandato anterior (2003/06), sem maiores avanços em termos de inovação dos programas desenvolvidos, tendo como maior foco o convencimento pela reeleição, como pode ser percebido no uso da frase: “Para tanto, nunca é exagerado reiterar, é fundamental reeleger Lula e com isso impedir que as forças do atraso reconquistem o governo, interrompendo e revertendo as mudanças iniciadas em 2003” (PT, 2006, p. 7).

Quanto aos programas de maior aposta estão, segundo o Instituto Mercado Popular (2016), o programa “Fome Zero” tinha como principal objetivo combater a fome e a pobreza extrema, tal como o Bolsa Família. No entanto, o programa tinha previsão de funcionar através de outros trinta subprogramas que, em um primeiro momento, estariam concentrados na criação de restaurantes populares, na construção de cisternas na região do semiárido, implementação do banco de sementes e da distribuição de alimentos por mercados e entrepostos comerciais, que seriam ressarcidos com apresentação de nota fiscal. Diante do descontentamento dos entes econômicos, que viam neste programa uma ameaça ao bem estar da economia, descambando para sério desequilíbrio no sistema econômico, assim, o “Fome Zero” não foi bem recebido, inclusive, com a negativa do diretor do Banco Mundial, à época. O PT recuou, no sentido de aderir em menor escala e com alcance reduzido da proposta, instituindo um mecanismo que gerava tanto distribuição de renda quanto mercado consumidor que foi o bolsa família.

Entre as políticas que eram o objetivo inicial e o que o mercado econômico permitiu que fosse feito, ficaram com a segunda opção. Tal fato revela como as forças do Banco Mundial, mais uma vez, ditou as regras das políticas públicas interferindo, inclusive, na autonomia dos povos. Cabe ressaltar que, o “Bolsa Família”, este último previsto na Lei 10.836 de janeiro de 2004, constituiu o principal mote do governo tanto no primeiro quanto em seu segundo mandato, suplantando outras políticas e concentrando esforços, em um modelo focado apenas na distribuição de renda.

Importante observar que, enquanto o programa “Fome Zero” - (PT, 2006, p.28) é especificado no subitem sobre segurança alimentar, com a previsão de criação de restaurantes populares, programas de alimentação escolar e a previsão do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). O programa Bolsa Família, possui previsão no subitem sobre Desenvolvimento social com a ampliação da rede e uso do Cadastro Único (Cadúnico) como central de captação de possíveis beneficiários (PT, 2006, p. 27).

Neste ponto cabe uma reflexão sobre a relação entre a capacidade (oportunidade real) e as políticas públicas, pois, para Sen ([2011]2016) existe uma relação entre liberdade e a renda elevada, no entanto, esta liberdade deve ser combinada por outros fatores, de caráter social. Em sua obra "desenvolvimento como liberdade", denomina tais fatores como “condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, [1999]2000, p.19).

Nesta perspectiva os programas cumulados poderiam ter tido maior amplitude, já que a renda complementar prevista pelo “bolsa família” configura um estímulo à liberdade na forma com a qual estas famílias gerem o seu benefício, porém, apenas esta medida torna-se incompleta. O que não significa dizer que tal medida não seja necessária, mas que, no universo daqueles que titulam tal verba, existem inúmeros fatores subjetivos que a colocam em condição de vulnerabilidade, sendo o “bolsa família” colocado na condição de renda suplementar ou de única renda possível. No entanto, apenas a distribuição de renda sem que outras condições sejam estruturadas, a exemplo, da saúde, transporte, educação, em programa ajustado em rede, torna o programa deficitário.

Desta forma, de um modo ou de outro, os efeitos das políticas serão positivos, mas em escalas diferentes. Assim, a capacidade não seria um marcador para avaliar as políticas sociais que tenham por objetivo, tão somente, “igualar a capacidade de todos/as não importando as consequências que essas políticas possam ter”. (SEN, [2011]2016).

Também é perceptível pela análise topológica do programa que, em um primeiro momento, fala-se dos efeitos e intervenções positivas e da necessidade de pensar em uma reeleição para que permaneçam os efeitos realizados no processo denominado de "tirar o Brasil do atraso". Em seguida traça as ações em sede de desenvolvimento social e econômico, para no fim destrinchar os planos de governo de caráter social, justificando a fonte de retirada para a realização das referidas políticas.

As principais políticas identificadas e destrinchadas pelo programa de governo petista orbitam as seguintes searas: direito ao trabalho e emprego, políticas de combate à discriminação no trabalho seja por gênero, raça, geração e deficiência, as políticas de desenvolvimento social

com priorização do programa bolsa família e a priorização das auto suficiência das famílias pactuando com as políticas de segurança alimentar a partir do programa “Fome Zero” e da previsão do SISAN “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, educação pública e gratuita como forma de difundir a igualdade racial, principalmente, com fomento em ações de nível superior destinadas a pretos, indígenas e/ou pobres e/ou pessoas com deficiência através da ampliação do Programa Universidade Para Todos - ProUni, além da movimentação para a aprovação do Fundo de manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica (Fundeb) com objetivo de fortalecer a educação pública através de investimentos nos profissionais com instituição do piso salarial da profissão (PT, 2006, p. 18-28).

Quanto às políticas públicas voltadas para as mulheres estas encontram-se, ao menos no plano de governo, limitadas as ações genéricas para a sua inserção nas atividades produtivas que estimulem a sua autonomia financeira e em última instância dentro das relações afetivas, pois, o tópico seguinte versa sobre as políticas de prevenção de violência contra mulher a partir de articulações com os Estados e Municípios, além da atenção integral à saúde da mulher, nos Programas de Proteção Integral à Mulher (PT, 2006, p.28)

Em cotejo com as dimensões de direitos humanos, pode-se dizer que o programa possui maior enfoque nas políticas públicas desenvolvidas em segunda dimensão (direitos sociais), com predominância de políticas públicas de desenvolvimento social e de crescimento econômico especificamente, nas políticas de distribuição de renda e voltadas ao desenvolvimento social e de combate a insegurança alimentar e nutricional ocasionada pela extrema pobreza. Ao longo dos dois mandatos foram implantados cerca de 11 programas sociais voltados a diferentes áreas de necessidade e atenção básica em saneamento básico, saúde, segurança, moradia e alimentação.

Com o término do mandato e o impedimento de que fosse reeleito por fatores objetivos¹¹. Além do mais, a imagem do governo encontrava-se desgastada, devido a atos de corrupção investigados em grandes proporções que envolviam o partido político.

Neste contexto houve a necessidade de encontrar um substituto, no caso, substituta, sendo escolhida para a tarefa a ex-ministra de minas e energia e da Chefe da casa Civil- Dilma Vana Rousseff, tendo como vice-presidente Michel Temer, filiação ao partido, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como de costume as parcerias políticas entre esquerda e direita

¹¹ A Constituição Federal de 1988, prevê em seu art. 14 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

foram feitas com objetivo de angariar o maior número de apoiadores políticos, como a receita foi bem-sucedida em governos anteriores, sendo a direita os principais responsáveis por pensar as políticas públicas no Brasil, em termos de viabilidade, a exemplo, do programa “Bolsa Família”, idealizado pela esquerda; mas, posta em prática pela ala mais conservadora da chapa, a tendência foi repetida, ao passo, que a incidência oligárquica, funciona como responsável por avaliar ou negar as políticas que serão adotadas.

3.3.2 Era Dilma: “transição”, e no fim, mais do mesmo

Antes de iniciar a análise do programa de governo idealizado pela candidata Dilma Rousseff, é necessário entender o contexto social das mulheres que, em quase todos os aspectos da vida social são preteridas, exceto para as atividades de cuidado, sendo ainda mais evidente o descrédito quando o assunto é a vida pública.

Não se pode deixar de salientar a simbologia por trás do ato de uma mulher assumir as instâncias de poder. Ainda que uma parcela da corrente feminista entenda este tipo de ascensão como cooptação (Arruzza et. al., 2018), é necessário entender que as modificações sociais ocorrem paulatinamente, como já mencionado, sendo assim, não se mostra desarrazoado a disseminação dos espaços de poder e a descentralização destes cargos. Tal representatividade não deve exaurir-se em mera representatividade, sem que o discurso seja coerente com atos adotados na vida pública, retornando o debate da necessidade de conferir subjetividade aos atos atribuídos pelo Estado.

No que se refere aos fatores sociais e relacionais, o lançamento do programa de governo da então candidata à presidência Dilma Rousseff, deparou-se com um grande empecilho, com a imagem do Partido dos Trabalhadores desgastada perante a opinião pública, devido aos casos de corrupção reiterada e massivamente divulgados pela mídia, de modo até mesmo sensacionalista e tendencioso, se consideramos que a atividade de radiodifusão, no Brasil, como uma atividade voltada às elites.

Diante deste enfraquecimento político era necessário repensar as bases de aproximação entre o PT e o eleitorado, assim, o programa de governo ganhou um viés participativo e informatizado com a possibilidade da população indicar aquilo que deveria ser contemplado no programa de governo através de um fórum aberto em site criado com esse objetivo. Assim, em conjunto com outros onze partidos, durante o segundo turno das eleições, foi elaborado o documento “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”, da coligação “para o Brasil seguir mudando”, compostas pela candidata à presidência Dilma Rousseff e do seu então vice-presidente Michel Temer, articulação que

rendeu o apoio de outros partidos que compunham a “comissão para o Brasil seguir mudando” com o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB- atual MDB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido da República (PR); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Social Cristão (PSC); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Trabalhista Nacional (PTN); além do apoio do Partido Progressista- (PP), segundo entrevista realizada após a realização do documento¹².

Como de costume, é comum no segundo turno que exista este tipo de apoio pelos partidos políticos que perderam no primeiro turno ou que não concorreram. Nestes casos tendem a declarar apoio a determinado partido. A diferença que ocorreu nas eleições de 2010, é, que, não existe apenas um apoio, mas um tipo de governança coletiva verticalizada, tendo em vista que os diferentes partidos de interesses diversos arquitetam e escrevem em conjunto cerca de 13 diretrizes que entendem ser pauta de interesse de todos os partidos. A primeira diretriz prevista versa sobre a expansão e fortalecimento da democracia política, econômica e social, para tanto defendem os direitos humanos, a liberdade de expressão e de imprensa, além de prever a reforma do estado.

A segunda diretriz, por sua vez, busca crescer mais, com expansão do emprego e da renda, com equilíbrio macroeconômico, sem vulnerabilidade externa e desigualdades regionais, dando ênfase a reestruturação do sistema tributário com o fito de beneficiar a produção e a exportação. Da análise desta diretriz pode-se dizer que embora todos os elementos façam parte de uma democracia a forma com que foram dispostos, deixam veladas algumas questões que, em verdade, não trata-se de inovações políticas, a exemplo, da suposta reforma tributária voltada a expansão da produção e exportação, não sendo uma modificação estrutural, de fato, pois as concessões e subvenções aos principais setores econômicos já eram fornecidos, podendo ser reflexo de uma multiplicidade de ideologias partidárias.

Também é necessário pontuar que estas medidas não representam um ataque expressivo ao sistema tributário, pois como levantado pela OXFAM Brasil, o sistema tributário brasileiro tem maior interesse sobre o consumo, com cerca de 50% enquanto a renda representa 25% das arrecadações o que afeta as famílias compostas por mulheres pretas e pardas. Sem que outras medidas sejam adotadas de forma eficaz. Traçando um comparativo com os países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pode-se

¹² Entrevista concedida ao G1, intitulada: “Dilma Rousseff lança documento com 13 diretrizes de governo”, publicada em 25 de março de 2010, salienta a entrada do Partido Progressista (PP) na comissão, mesmo não constando no rol de partidos que assinam a diretriz ocasionada devido a posterior filiação.

dizer que existe uma certa proporcionalidade nas arrecadações com cerca de 32% provenientes do consumo e 34% por renda.

A terceira diretriz “dar seguimento a um projeto nacional de desenvolvimento que assegure grande e sustentável transformação produtiva do Brasil”. Dentre as principais políticas previstas estão aquelas voltadas aos setores industrial, estimulados através de concessões tributárias, de crédito e ambientais. Já as políticas destinadas à política agrícola, para o fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio, contanto com a ampliação ao setor científico e tecnológico através da EMBRAPA. Também se mostra como política de investimento a política energética dando maior prioridade às fontes de energia renovável e fontes limpas. Fazem parte deste rol as políticas em infraestrutura que busquem promover o crescimento, principalmente urbano, através do PAC-2 (Programa de Aceleração ao Crescimento), com a criação de portos e aeroportos, ferrovias e rodovias, posteriormente, são citadas as reformas que estão ligados diretamente a população, tais como: habitação, saneamento básico e transporte.

A quarta diretriz: Defender o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável, retorna-se ao debate das políticas desenvolvidas no PAC 1 e 2, reforçando ampliação das condições básicas de cidadania, tais quais, acesso à água, saneamento básico e moradia e transporte. Também é salientando a proteção conferida ao bioma brasileiro, ainda no governo Lula, com políticas de combate ao desmatamento e preservação da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

A quinta diretriz: “erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades”. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade”. O programa "bolsa família" volta a aparecer na condição de principal mecanismo de combate à pobreza, associado a ampliação e geração de emprego e renda. Diferente do que é mencionado nos programas anteriores, neste ponto não versa sobre quaisquer medidas de reforma tributária que sejam capazes de reduzir as desigualdades sociais, nem outra medida de cunho estrutural. Pois, sabe-se que dificilmente, o mercado de trabalho, por mais bem gerido que seja, não irá comportar toda a massa de trabalhadores.

Ao nacionalizar o conceito, interpretando o capitalismo brasileiro como a combinação de elementos articulados socialmente com a presença forte do modo produtivo anterior ao próprio capitalismo, a dependência econômica neocolonial (atividades produtivas voltadas a exportação de commodities) e a conseqüente formação do exército industrial de reserva, composto por uma massa marginalizada, no que seria o exército industrial de reserva composto em sua grande maioria pela população preta. Ainda que a maioria dos brancos não sejam

detentores do poder econômico e do modo de produção, existe um evidente privilégio racial que contempla todas as classes, com pequenos avanços materiais ou simbólicos, perfazendo a divisão racial do trabalho (GONZALEZ, 2018).

A sexta diretriz: “o governo Dilma será de todos os brasileiros e brasileiras e dará atenção especial aos trabalhadores”. Buscam ampliar o acesso de jovens ao mercado de trabalho bem como, a implantação de alternativas de empregabilidade para pessoas que contam com o bolsa família e com medidas de combate ao trabalho análogo ao escravo. A sétima diretriz versa sobre: a educação voltada para a igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento: com a promessa de ampliação dos institutos técnicos, valorização da educação através dos professores, além de instituir políticas de erradicação do analfabetismo.

Compondo a oitava diretriz encontram-se as medidas de fomento à pesquisa intitulada: “transformar o Brasil em potência científica e tecnológica”, com ampliação de bolsa em pesquisa, com prioridade das engenharias, robótica e nanotecnologia. O nono lugar é ocupado por: “universalizar a saúde e garantir a qualidade do atendimento do SUS através de projetos como o Brasil sorridente, ampliação do atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência- SAMU, Farmácias Populares, Saúde da Família, Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) e policlínicas. Seguidos da décima diretriz com título: "Prover as cidades de habitação, saneamento, transporte e vida digna e segura para os brasileiros”, voltado à ampliação do Programa social minha casa, minha vida.

A décima primeira diretriz contempla: “valorizar a cultura nacional, dialogar com outras culturas, democratizar os bens culturais e favorecer a democratização da comunicação” tendo como principais objetivos valorizar a identidade e diversidade cultural, com ampliação dos acessos aos meios de comunicação e investimento na indústria audiovisual. A décima segunda diretriz busca:” garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado, através do “Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)”, além de maior investimento na capacitação de policiais, tendo como visão a ampliação do que denominam território de paz a partir das UPPS. A décima terceira diretriz e última tem por objetivo: “Defender a soberania nacional”. Por uma presença ativa e altiva do Brasil no mundo”, através do fortalecimento das relações Sul-Sul e a implantação de mecanismo de cooperação internacional, fortalecendo a defesa do Direitos humanos, da paz mundial e do desarmamento, ao passo que mencionam o reequipamento das forças armadas e da plena implantação do Ministério da Defesa iniciado no Governo Lula.

Do que pode ser extraído das diretrizes existe uma forte tendência para o diálogo e a implantação de políticas sociais e ao mesmo tempo um fortalecimento de políticas econômicas.

De modo geral, é escasso as medidas voltadas ao combate da corrupção, sendo feita menção apenas em momentos pontuais, mas, sem desenvolver mecanismos mais precisos para fortalecer a transparência e outras medidas de anticorrupção.

Como as ideologias partidárias no Brasil são diversas, não é de se espantar que o programa de governo não avançou em questões sociais básicas, sendo os projetos e programas poucos fundamentados e generalistas. No entanto, diante de tanto apoio de diversos partidos, a disputa entre Dilma Rousseff (PT) e o José Serra (PSDB), encerrou com a candidata Dilma Rousseff, sendo eleita para mandato 2010-2014 juntamente com o seu vice-presidente Michel Temer (PMDB- atual MDB) com a imagem, através de uma aparente base sólida e apoio mútuo entre os principais partidos do Brasil, sem contar que os planos traçados pelo governo petista nos últimos oito anos de gestão Lula (2003-2007/2007-2010), inegavelmente tinha trazidos bons resultados de melhoria da qualidade de vida, no entanto, carente de reformas sociais.

Importante salientar que, em que pese a campanha de eleição da presidenta Dilma (PT) ter tido apoio, o seu modelo de gestão tornou-se autônomo o que gerou certo destaque dos seus apoiadores políticos ao longo da sua gestão. As críticas se tornaram cada vez mais constantes, mas, ainda era um forte nome a se pensar. O que culminou com a sua candidatura para o segundo mandato consecutivo, realizados em meio a severas crises políticas em torno de processos abertos, tais como, a operação denominada de “Lava a Jato”.¹³

No entanto, o seu nome permaneceu incólume e com excelente aprovação de governo, segundo a BBC Brasil (2015), Dilma chegou a liderar o índice de popularidade desde o processo de redemocratização, alicerçada por sua capacidade de gestão e pelo seu combate à corrupção o que lhe rendeu 63% de aprovação do seu governo segundo o CNI/Ibope. Com esta bandeira havia sido reeleita para cumprir o mandato (2015-2018), após acirrada disputa com o então candidato do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB)- Aécio Neves, que solicitou a realização de auditoria das urnas eletrônicas alegando fraude eleitoral.

A referida auditoria realizada pelo PSDB constatou que não houve fraude, sendo o relatório comentado em nota oficial pelo então presidente do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, ministro Dias Toffoli, demonstrando a idoneidade do processo eleitoral. O contexto delineado, embora não houvesse enfraquecido o seu poder de governança, foi a primeira ofensiva instaurada contra a sua gestão.

¹³ Considerada como a maior investigação de combate à corrupção do país, iniciada com investigações de lavagem de dinheiro por doleiros que, investiram dinheiro ilícito em postos de combustíveis e lava-jatos, sendo desdobradas com a descobertas de esquemas que envolviam a Petrobras e algumas das principais construtoras do país.

O seu governo encontrava-se fundamentado nos pilares estabelecidos no programa “mais governo, mais futuro”, trazendo como pilares básicos do modelo já trabalhado, a solidez econômica e a amplitude das políticas sociais, além de instituir outro pilar voltado para a produtividade e competitividade a partir de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Além de salientar que, as três gestões petistas optaram por reconhecer políticas básicas historicamente negada, mais uma vez salientando o sucesso das políticas de distribuição de renda, agora instado a outro patamar de exigência social, segundo o que pode ser extraído do seguinte trecho:

“A discussão hoje é outra porque a tarefa de combater a extrema pobreza, que remonta à criação do Estado brasileiro, foi superada em pouco mais de uma década de governos integralmente comprometidos com o objetivo de mudar a realidade social do país. Para os cidadãos brasileiros, o necessário para o futuro mudou porque o patamar de exigências passou a ser outro: não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo e possam acenar para seus filhos com vidas melhores que as deles” (COLIGAÇÃO PT, 2014, p. 8-9).
(grifos meus)

O trecho destacado do programa de governo Dilma Rousseff- Michel Temer (2014), denota e até mesmo reforça, ainda que inconscientemente, a visão social sobre as políticas de distribuição de renda. A problemática deste discurso encontra-se, segundo Nancy Fraser (2006), fundada em um viés deficitário sobre a inserção das políticas de distribuição de renda focadas em ações afirmativas que buscam tão somente a reparação das injustiças econômicas, sem estruturar outros aspectos sociais que tornam as coisas como elas são.

Assim sendo, o fato de expressar a frase: “não querem mais o mínimo necessário para viver, mas o máximo possível para que mantenham o seu poder de consumo”, costuma acirrar o debate tendo como “resultado marcar a classe mais desprivilegiada como inerentemente deficiente e insaciável, sempre necessitando de mais e mais”. (FRASER, 2006, p. 239). Isso faz com que as políticas afirmativas de reconhecimento sejam vistas como políticas estigmatizantes.

O mecanismo de solução de problemas sociais a partir das políticas afirmativas estão vinculadas ao Estado de bem-estar liberal, tendo como principal objetivo aumentar a massa consumidora de bens e serviços (FRASER, 2006). De forma diametral, posiciona-se os remédios transformativos associados ao socialismo e que buscam restabelecer as estruturas que fundam a sociedade, sendo estratégias eficazes tanto para alcançar a redução da desigualdade

social, voltadas às vulnerabilidades extrínsecas, quanto a equiparação das injustiças de reconhecimento comumente relacionadas às vulnerabilidades intrínsecas do indivíduo.

Diferente de outros planos de governo em que eram feitas retrospectivas dos bons resultados para adentrar no plano do novo governo. Este plano tem como características a constante retomada dos resultados de anos anteriores, com o fito de validar o trabalho desempenhado por meio de dados estatísticos extraídos dos programas desenvolvidos dentre eles podem ser citados o programa- mais médicos- que tinha como principal objetivo ampliar o acesso de atenção básica para territórios que não tinham políticas de saúde consolidadas a partir de três frentes: aumento das contratações de profissionais de saúde, ampliação de infraestrutura dos hospitais e clínicas, o que culminou até a realização do referido plano de governo no alcance de 3.800 (três mil e oitocentos) municípios com atendimento de cerca de cinquenta milhões de pessoas que passaram a ter acesso a atenção básica de saúde (PT, 2014, p.25).

“O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido” (PT, 2014, p.25). O desenvolvimento econômico, revela-se como meta a ser alcançada no governo, no entanto, como já trazido em outras ocasiões, a desigualdade social não é mitigada apenas com altos índices do produto interno bruto (PIB), sem que outras ações sejam coordenadas paralelamente (CARVALHO, 2009; GONZALEZ, 2018; FRASER, 2006).

Além destas previsões destaque-se que neste plano de governo, houve uma maior pormenorização das estratégias que pretendia adotar em todas as áreas, diferente do plano genérico apresentado na eleição anterior.

Inclusive sendo melhor trabalhado planos de combate à corrupção através da criação da Controladoria Geral da União - CGU, além do Portal da Transparência que facilita o acompanhamento das políticas públicas pela sociedade, além de unificar os setores de combate à corrupção e a lavagem de dinheiro- Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA (PT, 2014, p.31).

Dentre os projetos idealizados podem ser citados: universalização do saneamento básico, atenção a segurança pública; implantação do sistema nacional de participação popular para fomentar a participação popular no debate público); fortalecimento dos direitos humanos para a redução do tratamento degradante por questões, raça, cor, gênero (PT, 2014, p.31-33).

Quanto às políticas desenvolvidas para a mulher, embora o primeiro mandato tenha sido omissivo, não revelando políticas voltadas às meninas/mulheres, o plano de governo desenhado para o segundo mandato, ainda que de forma breve, contempla algumas ações, tais como, a criação da casa da mulher brasileira. No mesmo rol encontram-se as políticas de redução da desigualdade racial com a implementação das cotas para os serviços públicos federais; também

se encontra previsto a universalização do acesso ao serviço de internet, dentre outras medidas necessárias ao combate das desigualdades sociais (PT, 2014, p.34-35).

Na prática o Governo Dilma conseguiu instituir cerca de oitos programas de maior vulto entre eles encontram-se o Brasil Carinhoso, o Programa Luz para todos, o Mais Médicos, Pronatec, SISU, Programa de Cisternas, além das iniciativas de fomento às atividades produtivas rurais. Com a perda de base aliada no Congresso Nacional, sob acusação de muitos congressistas de não ser afeita ao diálogo e a negociações, o seu segundo mandato tornou-se inviabilizado e tornando cada vez menos ativa, por não conseguir gerir ou fazer valer suas propostas e projetos.

A perda da sua popularidade e da qualidade de boa gestora foi paulatinamente sendo desgastadas, iniciada nos movimento “vem pra rua” em junho de 2013, passando por sucessivos casos de corrupção, tais como, as investigações da “Lava Jato”, além das 46 denúncias que versam desde a acusação de incompetência para a gestão pública, até mesmo as acusações encabeçadas pela/os jurista(s): Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e o Procurador da República Hélio Bicudo, defendendo a existência de crime de responsabilidade por fraude fiscal e contabilidade destrutiva, relacionado ao atraso no repasse das verbas aos programas sociais, com fito segundo a acusação, de ocultar a saúde financeira do Estado.

No Brasil, o *impeachment* segue os moldes daquele pensado para modelo estadunidense, sendo um instrumento destituído de caráter criminal, eivado de natureza político-administrativa¹⁴. Tende a ser utilizado como instrumento do jogo político, sem muita discricionariedade em seu uso, valendo-se de fatores midiáticos de profusão da informação para alcançar, através dos escândalos políticos, a massa eleitoreira. Embora a informação deva ser transmitida ao povo brasileiro, não pode ser deixado de observar o conteúdo tendencioso das matérias destinadas durante todo o processo de *impeachment* que acirraram o debate e polarização no setor público.

Para Levitsky e Ziblatt (2018), é em momentos de instabilidade política como estas que o surgimento dos *outsiders* políticos, se tornam cada vez mais frequentes, normalmente, como uma figura mais próxima do povo, com o aumento da popularidade por desafiar as estruturas políticas como estão estabelecidas. O espaço conquistado pelos outsiders, comumente, através de propostas e estratégias programáticas que, por vezes, são demasiadamente simplistas e

¹⁴ Em decisão do HC nº 70.033-DF (Aarg.), Rel. Min. Ilmar Galvão, definiu o impeachment como um processo que gera sanção político-administrativa, sendo este o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, em que pese o presidente da Corte Suprema acompanhe o julgamento com o fito de garantir o devido processo legal, assim como o direito ao contraditório e a ampla defesa. (QUEIROZ FILHO, 2016)

mediáticas atraem a atenção do povo e, conseqüentemente, dos partidos políticos que, veem nesse contexto (fragilidade do *insiders*) a oportunidade de alçada ao poder.

O grande erro dos partidos políticos, ao apoiarem um *outsider* nestes moldes, encontra-se na ilusão de que possuem poder suficiente de controle e coerção sobre os atos e ações que serão adotadas ao longo de um possível mandato, tendo em vista que os partidos políticos atuam como filtro, uma proteção contra atos que venham a ferir a estabilidade política (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

De uma forma ou de outra, o momento político encerra os avanços de cunho social proporcionadas durante a Era Lulista e continuada por Dilma Rousseff, sendo pois um divisor de águas, embora o futuro seja demasiadamente incerto, no tempo presente já é possível, perceber de forma mais evidente as discrepâncias sociais que podem definir como sendo um período de bruscas reduções dos direitos sociais, muitos deles voltados ao direito do trabalho, previdenciários e as principais frentes de combate ofensiva de direita neoliberal que atuam ostensivamente no setor econômico, e de forma conservadora nos costumes sociais.

3.3.3 Bolsonarismo: da intensificação das políticas neoliberais a perpetuação das políticas do “vai plantar batatas”

Historicamente, o trabalho braçal sempre foi visto como aquele desempenhado por pessoas sem qualificação, principalmente aquelas atividades de produção, voltadas à agricultura, sendo ainda maior a discriminação por aqueles trabalhos desempenhados por quem cultivam batatas, considerado como um alimento de menor valor nutricional e de *status social*. Por volta do século XIX, a expressão “vai plantar batatas” tornou-se não só um imperativo dos donos dos meios de produção para seus servos, mas designava o seu total desinteresse pelas problemáticas que assolavam a classe trabalhadora e menos abastada tanto que, permanece como ditado, utilizado para configurar descaso ou desinteresse por alguma pauta.

Os séculos se passaram, mas, as políticas do “vai plantar batatas” permanecem, superando incólume às intempéries do tempo, as modificações do modelo de Estado e de Governo, ora atuando em sua máxima potência, ora sendo mitigadas, ora apresentando chances reais de negociação, ora em total desacordo das pautas públicas. A atuação de forma mais incisiva nesse modelo, tende a levar aqueles/as que se encontram em condição de maior dependência do Estado a condições de vida cada vez mais precárias, e acabam sendo empurrados para condições de vida ainda mais subumanas.

Embora a eleição, materializada pelo voto, não sirva como medida para realizar o que pretende a democracia, pode-se dizer que este é o primeiro mecanismo para que seja ajustado, ainda que minimamente, os fatores microscópicos que vem com o poder político. As escolhas realizadas podem indicar avanços, estagnação ou retrocesso, a depender dos projetos defendidos, inicialmente, em seus planos de governo e, posteriormente, em suas ações de governo. Tornando-se importante avaliar estes documentos políticos, isso porque, não basta cumprir à risca o plano de governo defendido durante a candidatura, quando tais projetos afrontam direitos humanos fundamentais, acentuam a pobreza e potencializam o lucro auferido pelos detentores dos meios de produção, polarizam as relações sociais.

Sendo neste contexto que o plano de governo do então presidente Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL - atualmente, sem partido), intitulado “o caminho da prosperidade” será destrinchado. Embora não expresso no documento programático, para fins didáticos serão divididos em eixos fundamentais dentre os quais podem ser citados conforme a sua ordem topológica da seguinte forma: o primeiro eixo: “Valores e Compromissos”, busca aproximar a diversidade de forma bastante genérica através da frase “o fruto da vida é sagrado” - afirma ser o Brasil um país de todos, exaltando a autodeterminação e a propriedade privada e a imprensa como livre e independente. Tal colocação exclui e apaga e toda e qualquer luta anti-discriminação travada arduamente pelo movimento negro, de pessoas deficientes e LGBTQIA+, veem os seus direitos tão duramente conquistados serem esvaziados, por discursos, ações simbólicas e retrocessos na pauta de direitos e avanços sociais.

O segundo eixo denominado de “A nova forma de governar! Mais Brasil, menos Brasília”, reforça a necessidade de promover o crescimento econômico, associado à geração de emprego. Um trecho chama a atenção pela imprecisão histórico-temporal, revelado no seguinte trecho: “30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata”-, Dado que o referido documento foi redigido em 2018, ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil, completava trinta anos da sua promulgação, em um raciocínio lógico-inferencial pode-se que, existe uma exaltação do período ditatorial, validada pela constante exaltação do então presidente que, desejou realizar honrarias e festejos em memória de um dos momentos mais sombrios da história atual do Brasil. Sendo, em verdade, um momento de maior desigualdade social, descortinadas com a restituição da Democracia.

O quarto eixo, por sua vez, denominado de “A nova forma de Governar: estrutura e gestão”: tem como uma das suas metas a redução do número de ministérios e secretarias com objetivo de reduzir os gastos públicos, o orçamento “base zero”, tem por base os gastos

presentes, sem um limite ou base nos gastos empreendidos no passado ou no futuro. Já o quinto eixo denominado “Mais Brasil, Menos Brasília: linhas de ação” -, segurança e combate à corrupção; além de gerir com eficiência a educação e a saúde no que denominam de “dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar”. Tal questão vem sendo discutida em sede do Supremo Tribunal Federal¹⁵, quanto aos limites impostos aos professores em passar o conteúdo da forma que melhor lhes convém ensinando o respeito à diversidade e capacidade de formar opinião; neste mesmo rol são previstas medidas econômicas voltada ao emprego, renda e equilíbrio fiscal com oportunidades e trabalho para todos e a promessa de equacionar a inflação.

A segurança, por sua vez, possui como estratégias de combate a liberação do porte de armas e a retirada de qualquer forma de progressão de pena, materializado pela frase: “prender e deixar lá, salvam vidas”, o que revela medidas pouco embasadas que afrontam direitos humanos fundamentais. Mais uma vez adoção política de um outsider, que busca solucionar questões sociais muito mais complexas a partir de necropolíticas.

Ao contrário do que trazia os três últimos planos de governo Lula (2006) e Dilma (2010/14), que possuíam uma frente de atuação mais ampla, voltado a construção das políticas sociais, o plano Bolsonarista, repetidamente fala em mudança, em resgate da confiança do brasileiro, tendo como foco, o combate à corrupção como pode ser extraído de algumas das muitas citações sobre a temática ao longo de todo o documento programático, como pode ser percebido dos seguintes trechos:

Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da **corrupção e de ideologias perversas**, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor. - Grifos nossos- (Bolsonaro, 2018, p. 5)

Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para populistas e suas mentiras. **O Brasil precisa se libertar dos corruptos**. O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE! - grifos nossos - (Bolsonaro, 2018, p. 5)

Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. **Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção** e com os privilégios. - Grifos nossos - (Bolsonaro, 2018, p. 10)

Corrupção generalizada e ameaças às instituições que a estão combatendo- grifos nossos - (Bolsonaro, 2018, p. 12)

¹⁵ O Supremo Tribunal Federal entendeu ser inconstitucional, em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de n. 467, tal medida atua como limitador às importantes discussões sobre gênero nas escolas, o que as associações “escola sem partido” configuram como doutrinação de crianças e jovens.

Outras tantas vezes o termo corrupção é citado diretamente no plano de governo, demonstrando que este seria o objeto das ações quando da sua eleição. Todo esse direcionamento, em que pese maior foco na corrupção, não se ampara na análise da máquina pública como um todo; mas, acompanha um clamor social que vinha sendo midiaticizado e que aparentemente enfraquecia um dos maiores partidos políticos dos últimos treze anos, que foi o Partido dos Trabalhadores - PT que, conseguiu, por muitos anos obter, a grande maioria da base aliada.

A ofensiva instaurada valia-se dos meios alternativos de mídias sociais, com maior apoio social, de um grupo variado de pessoas jovens, idosos, ricos e pobres, homens e mulheres, movidos com diversos interesses e subjetividades, aliados em novos arranjos sociais.

Para Gohn (2013), o conceito clássico de movimento social atraca nos seguintes requisitos básicos: na existência de uma identidade ou pauta comum utilizada contra um opositor que representa uma ameaça real à concretização dessas ideias e que atuam como óbice para um projeto de vida estruturado por este grupo que, costumam lutar pela reparação das desigualdades sociais dos grupos vulnerabilizados. *A priori*, o mecanismo era utilizado por aqueles que buscavam mudanças, evoluções sociais, “historicamente, a categoria de movimento que se destaca é dos progressistas, que lutam pela mudança social e que são elementos fundamentais na sociedade moderna, como agentes construtores de realidades sociais novas” (GOHN, 2013).

A grande mudança percebida nos últimos anos, encontra-se na composição subjetiva dos novos movimentos sociais, sendo atribuído a ala mais conservadora da estrutura sócio-política que não busca mudanças sociais expressivas, atuando contra um determinado grupo opositor a quem atribuem todos os empecilhos de uma pauta de vida em comum transcrito no seguinte trecho: “o problema é o legado do PT de ineficiência e corrupção” (BOLSONARO, 2018, p.14). O mencionado trecho extraído de um documento programático destinado a desenhar os planos de governo, demonstra a dimensão da polarização e do uso de recursos midiáticos para a promoção da campanha política. Ocorre que, a nebulosa, através das chamadas *fake news* que foi firmada em torno do processo de eleição, impulsionados pelas mídias paralelas instalada muito antes da corrida eleitoral, impediam o conhecimento do povo sobre os reais contornos dos fatos.

Importante ressaltar que, neste primeiro momento, o debate existiu de forma violenta e incisiva, mas, a polarização não era mais entre o povo e o sistema político posto, como ocorreu no processo de redemocratização brasileira, mas sim, entre as várias camadas dos 99%

(expropriados dos meios de produção) regidos por fatores tais quais, religião, classe, gênero, raça e sexualidade.

A diversidade outrora festejada, passou a ser um grande empecilho para a existência da democracia, não por ausência de debate, mas, devido à dificuldade em estabelecer certa qualidade no nível de debate, devido ao empecilho da disponibilidade informacional (acesso à informação) e da factibilidade de discussões interativas (informação segura), que são essenciais para que seja fortalecida a argumentação da razão pública, que não significa fortalecer apenas a democracia local, mas sim, em níveis globais (SEN, [2011]2016).

A insegurança informacional tem sido uma problemática no combate das distorções no campo político, sendo estendida para a academia, mais precisamente para as ciências sociais, humanas e linguagens. A partir de ataques ao pensamento socialista, que possui forte base no ambiente acadêmico, através de um discurso frágil e inverossímil, ao mencionar, por exemplo, a corrente marxista que, inexistente, como sendo fonte intelectual do pensamento oligárquico, sendo este um pensamento totalmente oposto, conforme foi expresso da seguinte afirmação: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (BOLSONARO, 2018, p.8).

Como anteriormente mencionado, existem traços comuns da luta afro pelo mundo, principalmente, em termos de opressão, coerção e apagamento da vida e da história das pessoas africanas ou descendentes de África. E tais opressões acompanham a vida política, democrática e permanecem latentes, pois, nunca deixaram de existir, por isso que, para Angela Davis ([1990] 2019) ao citar a experiência bem-sucedida das mulheres soviéticas, alerta para o fato de que o desenvolvimento do socialismo/comunismo, só terá êxito quando a igualdade compor a principal bandeira de combate das injustiças globais, pois, apenas assim outros avanços sociais seriam alcançados na esfera econômica e política daqueles/as que compõem a massa marginal, cunhada por Lélia Gonzalez (2018).

Ocorre que, no atual governo existe um combate instaurado sobre toda e qualquer frente progressista, principalmente, aquelas que questionam e põem em xeque a atual estrutura econômica. O atual regresso, percebido a nível mundial, representa o quão inovador foram os avanços sociais dados até aqui. No entanto, não deixam de ser rigorosos retrocessos, que enfraquecem os movimentos sociais até mesmo aqueles de maior vulto.

Reconhecer o abalo sofrido não desarticula, mas, tende a elevar as mobilizações a um patamar de discussões essenciais para o desenvolvimento dos movimentos sociais, com o fito de traçar novas estratégias de alcance e mobilizações, principalmente, superando a ideia de que

os movimentos em separado conseguirão superar as articulações conjuntas dos grupos de direita que dominam a massa proletária no Brasil, seja por ser empregador ou líder religioso, ou em ambas as vertentes.

4 NOTA SOBRE A RECENTE CRISE EM SAÚDE PÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EMERGENCIAIS

Em que pese o caráter emergencial e não programático da atual crise, o que justifica a sua não previsão nos documentos programáticos. No entanto, não é possível olvidar as questões que envolvem as principais crises concomitantes que, oscilavam desde a péssima gestão adotada pelo então presidente eleito que já manifestava os efeitos colaterais negativos, antes mesmo da atual crise pandêmica, até a própria disseminação de um novo vírus (Sars-Cov-2) de potencial letalidade.

Algumas questões mitigadoras são de ordem básica, relacionadas ao saneamento básico, à alimentação de qualidade e valor nutricional adequado, medidas estas que deveriam ser pensadas antes mesmo de qualquer tipo de crise. Sem nenhuma medida de caráter preventivo planejada, as únicas medidas que podiam ser adotadas estavam em duas frentes: as de caráter paliativo e as ações de caráter caritativo.

Dentre as medidas adotadas como prevenção à disseminação viral, a que mais surtiu efeitos positivos foi o isolamento social, o que necessitou repensar a forma com que a sociedade estava organizada. Assim, foi feito de forma pontual em alguns Estados e Municípios que, porventura tinham gestores locais e regionais empenhados em empreender esforços para refrear a atual crise na saúde pública.

O Estado de calamidade pública¹⁶, fez com que diversas questões sociais urgentes que encontravam-se esquecidas, tais como, a importância do Sistema Único de Saúde- SUS, ou mesmo a necessidade de repensar as bases da perversa condição do trabalhador/a, principalmente, por ser o trabalho informal a maior fonte de renda no Brasil, ou mesmo o racismo que faz da população preta e pobre, os principais alvos do descaso público.

Além dessas questões, surgiram a partir da recomendação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), após relatório sobre os efeitos da pandemia em países em desenvolvimento, intitulada- Renda Básica Temporária: Protegendo Pessoas Pobres e Vulneráveis nos Países em Desenvolvimento. Nesta toada os moldes de efetivação e instituição

¹⁶ Decreto Legislativo n. 6 de 2020.

da chamada renda básica de cidadania, previsto na Lei 10.835 de 2004, voltou às discussões sociais, devido a necessidade de manter amparados e auxiliar as famílias em um momento tão *sui generis* como esse.

O Congresso Nacional e a frente de renda básica de cidadania, em um movimento social por distribuição de renda, passou pressionar para que fosse conferida efetividade a Lei de Renda Básica de Cidadania, indo de contra aos esforços do então Presidente Jair Bolsonaro, que com maior objetivo nas estratégias econômicas, reforçava o negacionismo dos efeitos da doença alegando a quebra da economia em detrimento de milhões de vidas que foram perdidas durante toda a pandemia e tantas outras debilitas por não conhecer os efeitos do vírus a longo à prazo.

A necessidade de isolamento social, gerou instabilidade na economia que já era sentida por fatores políticos internos, por isso, diversas medidas de caráter social tiveram que ser adotadas, dentre elas a necessidade de estabelecer cobertura e proteção às pessoas que estavam em estado de vulnerabilidade, sem poder sair de seus lares, muitos dos quais exercem trabalho informal, vivendo de pequenos lucros diários encontrando-se, pois, em estado de total desamparo.

Somado às mazelas sociais e na saúde pública experienciados por quase todos os países do globo, em maior ou menor grau. Mas, no caso brasileiro, as crises no setor político fizeram com que as medidas em saúde pública fossem suplantadas, por questões como manutenção da saúde financeira, sendo alegada veementemente a necessidade de retorno das atividades comerciais. O que é possível perceber é que o Estado, possui em suas mãos o direito de vida e morte, através de técnicas de biopoder responsáveis por condicionar as a vida de pessoas vulnerabilizadas sejam elas: pessoas negras, mulheres e pobres na ponta de lança de todas as questões sociais mais sensíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho do cenário político mundial e os seus tentáculos (dissidências políticas que aportam com a globalização), impactam na vida humana de todas as pessoas, sem exceção, de forma direta ou indireta. E tais intervenções, hodiernamente, não emanam de uma tomada de poder violenta, mas ocorre por vias estritamente legais, o que confere ares de equilíbrio e bem estar social, a partir de políticas de exploração do trabalhador.

Ao passo que, condensam e até culpabilizam todas as problemáticas sociais ao enfraquecimento ou ausência de desenvolvimento econômico, em muitos casos

responsabilizando as políticas públicas de ordem social como as principais culpadas pelas despesas públicas.

A questão encontra-se no fato de que constantemente é alimentada a esperança de que, se todos/as trabalharem de forma uníssona, em prol do seu estado para promover o crescimento econômico, todas as mazelas sociais serão dissipadas. No entanto, embora o fator econômico, a espoliação e a concepção de propriedade privada tenham sido os principais fatores que, em um processo histórico materialista, desenvolveu-se, até a chegada do capitalismo em sua versão globalizada e perversa, sedimentando uma série de mazelas e discriminações sociais, tais como, o racismo estruturalmente desenvolvido.

Pode-se dizer que esse aspecto transformativo, não encerra na mudança de um estado liberal, para uma vertente socialista/comunista, isso porque a mudança de nomenclatura da organização política do estado pressupõe a extinção das principais desigualdades sociais, como já alertava Angela Davis ([1990] 2019, p.24) que tem por raiz a divisão de classes a partir do capitalismo monopolista, mas que não se limita nesse aspecto, pois atuam para além da divisão social do trabalho e da reprodução, permeando questões, tais como, a reestruturação cultural do Estado, em aspectos como reconhecimento das múltiplas subjetividades das relações patriarcais e sexistas, pelo racismo e a LGBT+fobia, não ocorrendo apenas de forma verticalizada, mas, também horizontalmente.

Não é possível mensurar quando nem mesmo qual a nova fase do capitalismo que iremos experienciar nos próximos anos, nem como as relações estão disciplinadas no pós-pandemia, pois pressupõe uma série de pequenos arranjos sociais, próprios do materialismo histórico. Tendo como única vantagem sobre as frentes do regresso o conhecimento histórico das atuações contraofensivas que, especializam-se, com o uso da tecnologia, mas costuma se repetir em diversos momentos históricos.

A retomada dos movimentos sociais, principalmente, de mulheres/meninas, do movimento LGBTQIA+ e do movimento negro, tem sido relevantes para a reestruturação do Estado, que devem repensar a sua forma de combate, com ações, através do contínuo trabalho de base, e não apenas em atividades pontuais, com a adoção de medidas de maior proximidade da realidade social, o que implica no diálogo academia-comunidade, partidos-político-comunidade, pois apenas com representação política e com articulação e pressão social, será possível articular boas ações em meio as formas mais latentes do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

BBC News Brasil. **De campeã de popularidade à 62% de rejeição: seis momentos-chave do governo Dilma**. 18 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_dilma_aprovacao_reprovacao_cc>. Acesso em: 26 out. de 2020 às 15:32.

BENEDICTO, JORGE; MORÁN, MARIA LUZ. La distribución de poder en las sociedades avanzadas. IN: MORÁN, Maria Luz. **Sociedade y política. Temas de sociologia política**. Madrid, Alianza Universidad, ano, p. 69-107.

BENEVIDES SOARES, Maria Victória de. Representação e Democracia Direta: Elementos Fundamentais. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1998, pp. 24-48.

BOBBIO, Norberto. Uma discussão célebre. In: **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1988, p. 43-48.

_____. **Estado, Governo. Sociedade: Para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BOITEMPO, Blog. **A democracia é um conceito ambíguo** – uma entrevista com Giorgio Agamben. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/agamben-a-democracia-e-um-conceito-ambiguo/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

BOLSONARO, Jair. O Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo. **Eleições Presidenciais**, 2018. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2020.

BRASIL. Constituição, 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 31 de março de 2019.

_____, Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>

_____, Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o programa Bolsa Família e dá outras providências**, 2004. Disponível em: [_____, Lei nº. 13.982, de 2 de abril de 2020, e dá outras providências. **Diário Oficial \[da\] República Federativa do Brasil**, 2020. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm\). Acesso em: 19 ago. 2020.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm#:~:text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art. Acesso em: 30 set. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

_____, Decreto n. 06 de 20 de março de 2020. **Estado de Calamidade Pública**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Acesso em: 04 dez. de 2020.

CARTA, Gianni. **A falácia democrática (Carta Capital entrevista Jacques Rancière)**. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/819/a-falacia-democratica-198.html>. Acesso em 19 de março de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, v. 120, 2018. Disponível em: https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. Lula de novo com a força do povo. **Programa de Governo**, 2007. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em 10 de jul. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani, 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FURTADO, Celso. Metamorfoses do capitalismo. In: **CELSO Furtado: os combates de um economista**. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2020/07/Celso-Furtado-Os-combates-de-um-economista_WEBFINAL.pdf#page=52>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A falência da democracia**. Folha de S. Paulo, 09 de set. de 2001 (Caderno Mais!). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>. Acesso em 11 de mar. de 2019.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos; uma história**. tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD**, 2006. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

GAZETA DO POVO. **José de Alencar se filia a partido político ligado à Igreja Universal**. 29 set. 2005. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/jose-alencar-se-filia-a-partido-ligado-a-igreja-universal-9pmy7deue7n84000ec5pvzny/>>. Acesso em: 29 nov. de 2020.

GIL, Gilberto; VELOSO, Caetano. **Haiti**. Música: Gilberto Gil, 1993. Tropicália 2.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais. In: IVO, Anete et al. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013, pp. 309-318.

INSTITUTO MERCADOR POPULAR. **Por que o fome zero fracassou e o bolsa família foi bem sucedido?** Disponível em: <https://mercadopopular.org/politicas-publicas/o-fracasso-do-fome-zero-e-o-sucesso-do-bolsa-familia/>. Acesso em: 08 set. 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 13-116.

ACHILLE, MBEMBE. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado e exceção, política de morte**. Traduzido por Renata Santini, São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Mariana. **Dilma Rousseff lança documento com 13 diretrizes de governo**. G1, São Paulo, 25 out. 2010. Disponível em:

OXFAM BRASIL. **O valor do seu imposto**. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/o-valor-do-seu-imposto/?gclid=CjwKCAjww5r8BRB6EiwArcckC1ky0e5eTTrrypE4e5jXrkNUZZ_kgm2A5Pg7oZlZUhYHqJabHofBmBoCwywQAvD_BwE>. Acesso em: 14 de out. 2020

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. 382f. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf. Acesso em: 10 de out. 2020.

PT–PARTIDO, DOS TRABALHADORES. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. **Brasília: Coligação para o Brasil Seguir Mudando**, 2010. Disponível em http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

QUEIROZ FILHO, Gilvan Correia de. Natureza do processo de impeachment e controle judicial. **Estudo Técnico, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília**, Maio, 2016. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-confilite/tema5/2016_4886_processo-impeachment_gilvan-correia-de-queiroz-filho>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROGERS, Wendy; BALLANTYNE, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 2, Sup.1, p. Sup.31-Sup.41, dez. 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/17572>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SALVADOR, Evilásio. **As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda**. 1ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp->

content/uploads/2019/04/Sistema_tributario_e_desigualdades_evilasio.pdf. Acesso em: 14 de out. 2020 às 13:32.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____, Amartya Kumar. **Ideia de Justiça**. 4º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 467**. Min. Gilmar Mendes. 28 de maio de 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5206806>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Plenário do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>. Acesso em: 20 de nov de 2020.

VALOBRA, Adriana María. **El Estado y las mujeres, concepciones en clave feminista**. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288489962.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.